

Aplicativo Preço da Hora Bahia completa um ano com 430 mil usuários



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Lançado em abril de 2020 pelo **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o aplicativo **Preço da Hora** Bahia completou um ano de funcionamento com cerca de 430 mil usuários em toda a Bahia, dos quais 205,8 mil de Salvador. O app tem sido um importante aliado dos consumidores na hora de pesquisar valores de produtos. Com uma busca simples, é possível consultar os menores preços de mais de 500 mil itens comercializados na Bahia, com base nas notas fiscais eletrônicas. O **Preço da Hora** pode ser baixado na Apple Store e no Play Store e acessado também no site precodahora.ba.gov.br.

A ferramenta foi disponibilizada na web no dia 10 de abril do ano passado. A maior parte dos usuários do aplicativo ainda está concentrada na capital e nos grandes centros do interior, mas aos poucos está alcançando moradores de pequenos e médios municípios. Depois da capital, os quinze municípios com maior número de usuários são Feira de Santana (29,6 mil), Lauro de Freitas (18,5 mil), Camaçari (14,7 mil), Vitória da Conquista (8,4 mil), Itabuna (7,3 mil), Santo

Antônio de Jesus (6,8 mil), Alagoinhas (5,8 mil), Ilhéus (5,6 mil), Teixeira de Freitas (4,7 mil), Jequié (4 mil), Porto Seguro (3,9 mil), Simões Filho (3,9 mil), Cruz das Almas (3,8 mil), Barreiras (3,7 mil) e Candeias (3,3 mil).

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vítório**, ressalta que o aplicativo vem sendo aperfeiçoado a cada dia, e que se firma como uma importante e eficiente ferramenta de pesquisa de preços para o consumidor. 'Os valores dos produtos disponíveis têm como base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba', explica.

Funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível. A pesquisa pode ser feita ainda por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem do produto.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

A Sefaz-Ba lançou recentemente a versão 1.2 da

ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Preço da Hora

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

●● A pauta é essencial. Hoje, a União concentra praticamente todas as receitas do recolhimento de impostos e repassa aos municípios uma pequena parcela em transferências obrigatórias
Zé Cocá

Prefeito de Jequié e presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), ao cobrar o avanço da reforma tributária

Troca de figurino

Quase dois anos e meio após denunciar a Embasa ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) por supostas irregularidades em contratos firmados com dispensa de licitação, a construtora Projecon, de Vitória da Conquista, ganhou um contrato de R\$ 13,8 milhões com a estatal para serviços de manutenção no sistema de distribuição de água, coleta de esgoto e engenharia nas mais de 20 cidades do Sudoeste baiano. Em 3 de dezembro de 2019, a empresa encaminhou representação ao TCE, na qual apontava indícios de superfaturamento em contratos emergenciais firmados sem processo licitatório com seis empreiteiras. No documento, a Projecon detalha supostas manobras para inflar valores previstos na dispensa de licitação que permitia, a cada uma delas, elevar em até 25% o faturamento.

FORA DO PADRÃO

Apesar da ofensiva, a Projecon conseguiu vencer a nova concorrência da Embasa na região e assinou contrato por dois anos no último dia 31, em um raro caso de empresa que escapa de retaliação da estatal depois de denunciá-la.

Queda em sequência

Por efeito dominó, a crise de ausência dos parlamentares da Assembleia Legislativa continua derubando sucessivos encontros virtuais nos colegiados temáticos da Casa por falta de quorum. Anteontem, foi a vez da Comissão de Desenvolvimento Urbano, cuja audiência para discutir problemas relativos ao sistema de transporte público em Salvador naufragou pela baixa presença de deputados que a integram, mesmo com a possibilidade de participar em qualquer lugar a partir de dispositivos móveis simples, como smartphones. Na maioria das sessões do tipo marcadas recentemente na Assembleia, apenas convidados e presidentes dos colegiados apareceram.

Orquestra desafinada

A derrubada da audiência na Comissão de Desenvolvimento Urbano ocorreu em meio ao temor quanto à sobrevivência da rede de transportes das grandes cidades. Na Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), gestores de capitais já manifestaram extrema preocupação diante da queda de movimento causada pela pandemia e da incapacidade das prefeituras em socorrer concessionárias que operam o sistema ou manter o serviço do próprio bolso. A previsão é a de que a quebraadeira no setor vai paralisar o país em um futuro próximo.

Ponto de bala

Após garantir o leilão do primeiro trecho da Fiol no último dia 8, o Ministério da Infraestrutura definiu como prioridade acelerar os projetos para a concessão dos outros tramos da ferrovia: o segundo, entre Caetité e Barreiras, já tem obras em andamento; o terceiro, que ligará Barreiras a Figueirópolis, no Tocantins, ainda espera a licença ambiental do Ibama. A missão da pasta é concretizar um corredor ferroviário com 1.527 quilômetros para escoar a produção agrícola do Oeste baiano e do Centro-Oeste brasileiro por Ilhéus, no Litoral Sul da Bahia.

Olho no mapa

Com a agenda política retomada, o ex-prefeito ACM Neto (DEM) começou a montar a rota para reiniciar visitas ao interior. Datas e locais só serão anunciados quando a covid recuar, mas a previsão é para breve.

PODCAST

"Mulheres são maioria no cenário empreendedor da Bahia"

Quer saber mais sobre esse e outros assuntos do dia-a-dia?

Eu te Explico. O podcast do G1 Bahia. Conversas com informação de qualidade, com novos episódios toda segunda às 6h. Acesse g1.com.br/bahia e fique por dentro. Podcasts G1. A notícia contada, explicada e conversada.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE - AOSID

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021

A ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE - AOSID torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por Lote, para a aquisição de 05 (cinco) Camas Hospitalares Tipo Fowler Elétricas e 50 (cinquenta) Biombo, através de recursos do Convênio nº 898405/2020, referente ao Processo nº 25000.060441/2020-43 firmado com o Ministério da Saúde. Todo o certame será efetuado através do Sistema Informatizado de Licitações do Banco do Brasil, site: www.licitacoes-e.com.br, observando-se sempre o horário de Brasília - DF. Início de acolhimento das propostas: a partir das 10:00 h do dia 15/04/2021 (horário de Brasília - DF). Abertura das propostas: dia 29/04/2021, às 09:00 h (horário de Brasília - DF). Início da disputa de preços: dia 30/04/2021, às 11:00h (horário de Brasília - DF). Aquisição do edital: disponível gratuitamente pela INTERNET, no site www.irmadulce.org.br Informações e consultas: (71)3310-1401/1298, e-mail: cpl@irmadulce.org.br Salvador, Bahia, 12 de abril de 2021
João de Jesus Salomão - Pregoeiro

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE - AOSID

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021

A ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE - AOSID torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por Lote, para a aquisição de 07 (sete) Camas Hospitalares Tipo Fowler Elétricas, através de recursos do Convênio nº 898411/2020, referente ao Processo nº 25000.060422/2020-17 firmado com o Ministério da Saúde. Todo o certame será efetuado através do Sistema Informatizado de Licitações do Banco do Brasil, site: www.licitacoes-e.com.br, observando-se sempre o horário de Brasília - DF. Início de acolhimento das propostas: a partir das 10:00 h do dia 15/04/2021 (horário de Brasília - DF). Abertura das propostas: dia 29/04/2021, às 09:00 h (horário de Brasília - DF). Início da disputa de preços: dia 30/04/2021, às 09:00h (horário de Brasília - DF). Aquisição do edital: disponível gratuitamente pela INTERNET, no site www.irmadulce.org.br Informações e consultas: tel: (71)3310-1401/1298, e-mail: cpl@irmadulce.org.br Salvador, Bahia, 12 de abril de 2021
João de Jesus Salomão - Pregoeiro

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
CNPJ nº. 34.148.882/0001-59 - NIRE nº. 294.000.1649-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. - SICOOB CENTRAL BA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39 do Estatuto Social, convoca as filiadas, que nesta data totalizam 11 (onze), em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada em 30 de abril de 2021, às 11h00 (onze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) das filiadas; às 12h00 (doze horas), em segunda convocação, com a presença de metade mais um das filiadas; ou às 13h00 (treze horas), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 3 (três) filiadas, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Prestação de contas do exercício de 2020, compreendendo o Relatório da Gestão, Balanço, Demonstrativo da Conta de Sobras ou Perdas, Relatório da Auditoria Externa e Parecer do Conselho Fiscal;
2. Aprovação da fórmula de cálculo de distribuição das sobras;
3. Destinação das sobras apuradas;
4. Fixação do valor dos honorários e gratificações do Presidente e das cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
5. Fixação do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;
6. Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa.

A Assembleia Geral ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os representantes das filiadas, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site www.sicoob.com.br/web/sicoobba. Após entrar no site, rolar a tela para baixo, clicar no Banner: "AGO 2021 - Assembleia Geral Ordinária do Sicoob Central BA".

Salvador, 14 de abril de 2021.
Ivo Azevedo de Brito
Presidente

Das Agências

REPORTAGEM

correio24horas@reddebahia.com.br

Em sessão realizada ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) leu o requerimento de criação da CPI da Covid, cumprindo a ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso. Na guerra política, o presidente Jair Bolsonaro foi derrotado na estratégia de impedir a instalação da comissão, mas conseguiu incluir no escopo da investigação os repasses de verbas federais para estados e municípios, ampliando o seu alcance. Apesar de não ficar sozinho no centro das apurações, Bolsonaro corre o risco de não ter o controle da maioria dos integrantes da CPI.

Nessa disputa, o grupo que conquistar a hegemonia terá poder para eleger o presidente da CPI e indicar o seu relator. A escolha dos integrantes da CPI no Senado acendeu o sinal de alerta no Palácio do Planalto. A composição que se desenhou após a definição da maioria das bancadas não agradou totalmente ao governo, que esperava uma maioria mais amigável. Até agora, o nome mais cotado para presidir a CPI é o do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Renan Calheiros (MDB-AL) deve ser indicado para relator. Os dois fazem oposição a Bolsonaro.

A estratégia do Planalto é adiar ao máximo o funcionamento da CPI, condicionando as reuniões ao retorno dos trabalhos presenciais e à vacinação de senadores e funcionários. A manobra pode ter aval do STF.

O plenário da Corte deve confirmar hoje a decisão do ministro Barroso, que contrariou Bolsonaro ao mandar abrir a CPI da Covid para investigar ações e omissões do governo federal na condução da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano. A tendência é que o STF deixe com o próprio Senado a escolha sobre a forma dos trabalhos do colegiado - se presencial, por videoconferência ou em um modelo híbrido, o que é o mais provável.

Apesar do revés, Bolsonaro conseguiu arrastar governadores e prefeitos para a investigação, já que Pacheco resolveu reunir dois requerimentos para criar uma única CPI. A decisão do presidente do Senado permitiu que governos estaduais e prefeituras que tenham recebido verbas federais para o combate à pandemia viam o alvo das diligências em um ano pré-eleitoral.

"A comissão terá como objeto o (...) requerimento do senador Randolfe Rodrigues, acrescido do objeto do requerimento do senador Eduardo Girão, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à pandemia da covid-19, e excluindo

•• A gente vê que o governo e seus aliados têm outra intenção ao incluir governadores e prefeitos. O interesse é diversionista: desfocar o trabalho **Eduardo Leite**

Governador do Rio Grande do Sul

•• Uma CPI neste momento é tudo aquilo que a população mais sofrida não deseja e não merece. Este não é o momento **Fernando Collor de Mello**

Senador

•• Temos uma decisão judicial sobre isso. O que nós precisamos agora é fazer a instalação de forma imediata para que ela [a CPI] realmente possa acontecer **Eliziane Gama**

Senadora

•• É impossível falar de CPI nas próximas semanas enquanto não tivermos um mínimo de imunização **Eduardo Gomes**

Senador

•• É perfeitamente possível uma CPI funcionar de forma semi-presencial no Plenário, com todos os protocolos necessários devidos **Randolfe Rodrigues**

Senador



CPI da Covid terá investigação mais ampla

Comissão Parlamentar de Inquérito investigará o governo federal e o repasse de verbas da União a estados e municípios

do as matérias de competência constitucional atribuídas aos estados, Distrito Federal e Municípios", disse Pacheco ao autorizar a abertura da CPI.

A leitura do pedido de criação é uma etapa do rito legislativo para que o requerimento possa ser publicado no Diário Oficial do Senado. Apenas após a conclusão desses procedimentos é que a comissão de inquérito é considerada oficialmente criada.

CONTROLE

Com apenas 11 titulares e sete suplentes, a CPI da Covid precisa de apenas seis votos para formar maioria. Nos bastidores dessa negociação, o MDB, PSDB e partidos de oposição já se organizam para tentar controlar a CPI e eleger seus integrantes para os pos-

tos-chave. Além de Tasso e Renan Calheiros, o líder do MDB, Eduardo Braga (MDB) também pode ocupar posto de destaque na comissão.

Do lado do Palácio do Planalto, há articulações para tentar atrair o apoio dos dois senadores do PSD, Otto Alencar (BA) e Omar Aziz (AM), que têm perfil mais independente e podem ser o fiel da balança nessa disputa. Mas o tom usado por Aziz na sua intervenção durante a sessão já mostrou que ele pretende cobrar as promessas não cumpridas pelo então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello em relação à vacinação.

O comando da CPI deve ser definido em até dez dias, prazo estabelecido para que os partidos indiquem seus integrantes. Senadores estão di-

vidos sobre a possibilidade de governadores serem convocados para esclarecer como foi feito o uso de verbas federais para o combate à pandemia. A disputa pode até parar no Supremo. Mas outras CPIs, como a dos Precatórios, em 1997, já convocaram governadores e prefeitos.

Adversário de Bolsonaro, o governador de São Paulo, João Dória - pré-candidato ao Planalto, em 2022 - afirmou que o presidente quer transferir "seus graves erros e equívocos" na pandemia para estados e municípios. "É mais uma farsa do governo Bolsonaro", disse ele.

No Planalto, a avaliação é que, com muitas frentes de trabalho, o foco da CPI no governo pode acabar diluído. Embora esse cálculo seja ar-

Até agora, o nome mais cotado para presidir a CPI é o do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Renan Calheiros (MDB-AL) deve ser indicado para relator

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, leu ontem à tarde o requerimento de criação da CPI da Covid

SAIBA MAIS

O que diz a Constituição As CPIs devem apurar fato certo e por tempo determinado. Corrupção, inflação, por exemplo, não podem genericamente ser objeto de CPI

Quem pode criar? As Comissões podem ser criadas mediante requerimento de um terço dos membros do Senado – ou ao menos 27 dos 81 membros

Quanto tempo pode durar uma CPI? Depende do prazo que o autor do requerimento estipular. No caso da CPI da Covid, o prazo inicial é de 90 dias, conforme requerimento do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) de 15 de janeiro, com limite de despesas de R\$ 90 mil

Quais os poderes de uma CPI? Poderes de investigação próprios dos juízes, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. No Senado, os membros da CPI podem realizar diligências, convocar ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza e ainda requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções

Quais as consequências? Os membros da comissão não podem mandar prender suspeitos ou abrir processo. As conclusões, se for o caso, são encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores no Judiciário

Quantos integrantes terá a CPI? Dezoito, dos quais 11 titulares e sete suplentes.

Como ficou a divisão de partidos na CPI? No caso da CPI da Covid serão 11 integrantes titulares e 7 suplentes. A divisão dá mais vagas proporcionalmente às maiores bancadas. Ficou assim: Titulares Bloco MDB, PP e Republicanos: 3 senadores / Bloco PSDB, Podemos e PSL: 2 senadores / PSD: 2 senadores / Bloco DEM, PL e PSC: 2 senadores / Bloco Rede, Cidadania, PDT e PSB: 1 senador / Bloco PT e Pros: 1 senador

riscado, na prática Bolsonaro conseguiu fazer “do limão uma limonada”, desejo manifestado por ele em conversa telefônica com o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO). “Se não mudar o objetivo da CPI, ela vai só vir para cima de mim (...), vai simplesmente ouvir Pazuello, ouvir gente nossa, para fazer um relatório sacana”, reclamou. O presidente temia que a CPI produziria um relatório “sacana” se investigasse somente o governo federal. A base aliada já trabalha para atrapalhar seu funcionamento e é possível que, na prática, seus trabalhos fiquem suspensos.

ADIAMENTO

Antes da decisão do presidente do Senado, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) pediu para que a CPI fosse adiada em virtude do atual cenário da pandemia. No decorrer da sessão vários outros senadores acompanharam o mesmo argumento, alegando que seria muito difícil uma CPI remota. “É impossível falar de CPI nas próximas semanas enquanto não tivermos um mínimo de imunização”, disse Eduardo Gomes. Já Randolfe Rodrigues e outros senadores, entretanto, defenderam a instalação imediata da CPI. — Assim como foi possível, antes do agravamento da pandemia, o Plenário do Senado funcionar de forma semipresencial, é perfeitamente possível uma Comissão Temporária funcionar de forma semipresencial no Plenário do Senado, com todos os protocolos necessários devidos”, afirmou Rodrigues.

Intenção do Planalto é desviar o foco, afirmam governadores

A avaliação majoritária dos integrantes do Fórum de Governadores é a de que o governo federal pressionou sua base no Congresso para incluir os executivos estaduais na Comissão Parlamentar de Inquérito aberta ontem, no Senado, para investigar ações e omissões do poder público no combate à pandemia do novo coronavírus – a CPI do Covid – com a intenção tumultuar a comissão, desgastar os estados e desviar o foco.

“A gente vê que o governo e seus aliados têm outra intenção ao incluir governadores e prefeitos. O interesse é diversionista: desfocar o trabalho”, disse o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). Ainda

segundo o governador gaúcho, a intenção do governo federal é “terceirizar responsabilidades”.

O tucano segue a mesma linha do governador do Piauí, Wellington Dias (PT). “A CPI não pode ser porque alguém quer. Não pode ser uma decisão simplesmente política”, diz.

SEM MEDO

Para o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), um dos principais antagonistas do presidente Jair Bolsonaro nas medidas de combate à pandemia do novo coronavírus, a função de investigar os governos locais é das Assembleias Legislativas e das Câmaras municipais. “Em São Paulo não temos

medo CPI, mas a CPI do Senado deve ser preservada e não tergiversar”, afirmou o governador paulista.

Os governadores falaram à reportagem antes da leitura do requerimento de instalação da CPI pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Pacheco ampliou o escopo inicial da comissão, que era de investigar apenas as ações do governo federal, e incluiu a possibilidade de apuração dos repasses feitos aos estados e municípios.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB) afirmou, após a decisão de Pacheco, que a CPI ficou “no limite da legalidade”. “Nossa preocupação é eles tentarem abarcar todos sem chegar a nenhum resultado”.

VALDO LEÃO / SEMCOM



CPI investigará ações do governo no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no Amazonas

Bolsonaro: ‘Olha o dia que eu passei, e quer que eu sorria?’

O presidente Jair Bolsonaro comentou indiretamente, ontem, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado para investigar a atuação do governo federal no enfrentamento da pandemia da covid-19. A apoiares que o aguardavam na porta do Palácio da Alvorada, que, ao tirar selfies com o mandatário, pediram que ele sorrisse, o chefe do Executivo disparou: “(Olha) o dia que eu passei e você quer que eu sorria?”, disse, rindo, cedendo ao pedido de uma bolsionarista.

“Sorria que o povo está com o senhor. O povo te ama presidente, independente de qualquer coisa”, rebateu a mulher.

MEDICAMENTOS

Bolsonaro ainda voltou a defender o tratamento precoce para a covid-19, apesar de

medicações como cloroquina, ivermectina e nitazoxanida não possuírem comprovação científica contra o vírus. A primeira, em março, teve o uso fortemente desaconselhado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A um apoiador que se disse médico ortopedista, o presidente Bolsonaro ques-

tionou: “É ortopedista, mas off label funciona para você também, não funciona?”. “Eu não falo o nome agora, mas tem mais medicamento na praça aí, eu não falo o nome porque vai ser criminalizado”, emendou.

“Tem dois medicamentos aí, até melhor do que muitos e tem outro que está dando quase 100%, 95% em estado grave”, completou o presidente, sem citar quais. No sábado passado, Bolsonaro chamou de “canalha” quem critica a utilização do kit cloroquina. Por fim, ele repetiu críticas ao lockdown em meio à pandemia e disse que a solução para o desemprego é o retorno da população ao trabalho. “Os meios é não continuar fechando tudo (sic). Estão destruindo empregos aí”, concluiu.

ISAC NÓBREGA/PR



Presidente defendeu o kit covid

Bahia é o 2º estado com mais faltosos na vacinação

Reforço contra covid deixou de ser tomado por 1,5 milhão no país; 148.877 são baianos

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

A Bahia é o segundo estado com mais faltosos para receber a dose de reforço da vacina contra a covid-19. Só depois de tomar essa injeção é que as pessoas podem se considerar protegidas contra as formas mais graves da doença. Segundo disse ontem o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, 1.514.627 segundas doses não foram aplicadas no país, 148.877 na Bahia, que fica atrás apenas de São Paulo (343.925) no total de 'furões' do esquema vacinal.

Os baianos estão à frente dos cariocas na falha à vacinação. No Rio, são 143.015 segundas doses ainda não aplicadas. O ranking dos estados com mais faltosos tem ainda Rio Grande Sul (123.514), Minas Gerais (89.122) e Paraná (71.857). Já os estados com menos doses em atraso são o Amapá (5.741), Tocantins (6.033), Acre (6.191), Alagoas (7.625) e Roraima (8.555).

Segundo afirmou o ministro, mesmo quem perdeu o prazo previsto no cronograma de vacinação deve procurar uma unidade de saúde para regularizar a situação o mais breve possível.

Ainda de acordo com Mar-

celo Queiroga, a maioria dos atrasos está em doses da CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. No total, 1.514.340 doses desse imunizante estão em atraso. Na Bahia, 148.865 pessoas não reforçaram a CoronaVac.

Já a vacina de Oxford/Astrazeneca, desenvolvida em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tem 287 faltosos para a segunda dose. Na Bahia, 12 pessoas que tomaram a primeira injeção desse imunizante ainda não compareceram aos postos para receber o reforço.

LISTA DE NOMES

O ministro revelou ontem que a pasta vai divulgar uma lista, por estado, com as pessoas que estão com a segunda dose atrasada. Ele explicou que a complementação do esquema vacinal será feita com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Desde que começou a vacinação, duas substâncias são aplicadas no Brasil: a CoronaVac e a Oxford/Astrazeneca. No caso da CoronaVac, estudos apontam melhor eficiência quando a segunda dose é aplicada em um intervalo de 21 a 28 dias. Já a vacina de Oxford, segundo informou ontem o MS, deve ter a segunda dose aplicada em um inter-

Ministério da Saúde indica que 148.865 baianos ainda não tomaram a segunda dose da CoronaVac e 12 ainda não foram aos postos para o reforço da injeção de Oxford

valo maior, de três meses após a primeira.

IMUNIZANTE DA PFIZER

Ontem, o Ministério da Saúde (MS) também informou que o Brasil vai receber 842.400 doses da vacina da farmacêutica Pfizer/BioNTech. A informação foi dada pelos coordenadores da Covax Facility ao Itamaraty (ministério das Relações Exteriores do Brasil). A previsão de entrega é para o mês de junho.

O MS tem 42,5 milhões de doses de vacinas contratadas com a Covax Facility. A quantidade é suficiente para vacinar 10% da população brasileira. Desde 21 de março até o momento, o Brasil já recebeu mais de 1 milhão de doses da vacina da AstraZeneca/Oxford por meio dessa iniciativa.

"Cabe ressaltar que essas 842.400 doses [da vacina da Pfizer] não fazem parte das 100 milhões já contratadas pelo Ministério da Saúde diretamente com a farmacêutica", ressaltou o Itamaraty, em nota.

A Covax-Facility é uma aliança internacional da Organização Mundial de Saúde (OMS) que tem como principal objetivo acelerar o desenvolvimento e a fabricação de vacinas contra a covid-19.

Trata-se de um consórcio internacional com o objetivo de garantir acesso igualitário à imunização, impedindo assim que países ricos comprem todo o estoque de vacina em detrimento das nações mais pobres.

De acordo com o contrato de adesão feito pelo governo do Brasil com a Covax-Facility, firmado em 25 de setembro do ano passado, o país terá acesso a 42,5 milhões de doses de vacinas contra a covid-19.

De acordo com o comunicado do consórcio, a projeção é que sejam enviadas 330 milhões de doses das vacinas da Pfizer/BioNTech e da Oxford/Astrazeneca na primeira metade de 2021 para 145 países integrantes da aliança, que reúne mais de 150 nações.

Ministro da Saúde diz que quem não tomou a 2ª dose porque perdeu a data no calendário vacinal deve buscar os postos

Anvisa terá de decidir sobre a Sputnik V até dia 30

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski definiu, ontem, prazo de 30 dias para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decida sobre o pedido do governo do Maranhão para importar a vacina Sputnik V, usada na imunização contra a covid-19. O imunizante é produzido pelo Instituto Gamaleya, da Rússia.

O prazo definido pelo ministro é contado a partir de 29 de março, data do protocolo do pedido de autorização excepcional de uso e de importação da vacina e que também foi definido pela Lei 14.124/2021. Com isso, a Anvisa teria até 30 de abril para autorizar a importação.

Pela decisão, se o prazo de análise não for cumprido, o governo local fica autorizado a importar o imunizante e fazer a aplicação na população "sob sua exclusiva responsabilidade, e desde que observadas as cautelas e recomendações do fabricante e das autoridades médicas", diz a decisão do ministro.

"Entendo que a importação de vacinas pelo estado do Maranhão representará um importante reforço às ações desenvolvidas sob os auspícios do Plano Nacional de Imunização, notoriamente insuficientes, diante da surpreendente dinâmica de propagação do vírus causador da pandemia", acrescentou o ministro Ricardo Lewandowski.

Em comunicado de 10 de abril, a Anvisa afirmou que alguns documentos necessários para autorizar a vacina não foram entregues, como os relatórios técnicos sobre segurança e eficácia.

Sesab diz que 500 mil novas doses chegam amanhã

Cerca de 500 mil novas doses de vacinas contra a covid-19 devem chegar à Bahia amanhã, afirmou o secretário da Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, ontem.

"Confirmada para esta quinta-feira a distribuição de vacinas para o país", escreveu Fábio nas redes sociais. Somando as doses da Astrazeneca/Oxford com as da Coronavac, são 6,3 milhões de doses para todo o país enviadas pelo governo federal. "A Bahia deverá ter cerca de 500 mil doses", finalizou o secretário.

Salvador é uma das cidades do estado em que a vacinação da primeira dose está parada desde o domingo, 11, porque os imunizantes chegaram ao fim. A capital tem vacinado somente as pessoas que estão no período de tomar a segunda dose, seguindo o calendário de quem já iniciou a imunização.

As novas doses que desembarcam no estado nesta quinta-feira, 15, serão distribuídas para os municípios assim que chegarem, para dar continuidade à campanha de imunização.

Segundo levantamento feito anteontem pelo CORREIO com base em dados da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), além da capital, outras 58 cidades baianas já esgotaram estoques para a vacinação de primeira dose.

Ipiatú, Mata de São João, Camaçari, Vera Cruz, Salinas da Margarida, Luís Eduardo Magalhães, Lauro de Freitas e Cicero Dantas também tiveram de paralisar o processo no último domingo.

Em Salvador, quem precisa tomar a segunda dose para completar o esquema va-

cional, basta observar a data de retorno no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) ou verificar no cartão de vacina obtido no dia em que a pessoa recebeu a primeira injeção.

A SMS lembra que as pessoas que receberam a primeira dose através do serviço Vacina Express não precisam fazer novo agendamento no site, pois as equipes retornarão às residências dessas pessoas seguindo a data de reforço programada no sistema e que também consta no cartão de vacinação.



BAHIA

Autorizados eventos com até 50 pessoas no estado

FLEXIBILIZAÇÃO Em decreto publicado ontem no Diário Oficial do Estado (DOE), o governador Rui Costa autorizou a realização de eventos com até 50 pessoas no estado. Já os eventos com mais de 50 pessoas, ainda que previamente autorizados, seguem proibidos. As confraternizações incluem eventos desportivos, religiosos, cerimônias de casamento, feiras, circos, eventos científicos, solenidades de formatura e passeatas, assim como aulas em academias de dança e ginástica. As regiões oeste e de Irecê são as exceções por conta do alto índice de contaminação da covid-19. Nessas 61 cidades, permanecem suspensas essas atividades, independentemente do número de participantes.

Já a venda de bebidas alcoólicas segue proibida na Bahia durante os finais de semana,

4,1 mil novos casos de covid-19 foram confirmados na Bahia, no boletim de ontem; 102 óbitos foram registrados em 24h

na, com início às 18h de sexta-feira. No último domingo (11), Rui também prorrogou o toque de recolher na Bahia. Com isso, no período das 20h às 5h, em toda a Bahia, segue restrita a locomoção de pessoas, sendo proibida a permanência e o trânsito em vias, equipamentos, locais e praças públicas. Já em 40 municípios das regiões de Guanambi e Brumado, o toque de recolher valerá das 19h às 5h até o dia 19 de abril. A medida será válida a partir de hoje.

Segue proibida ainda, em todo o território baiano, a prática de qualquer atividade de esportiva coletiva amadora até 19 de abril, sendo permitidas as práticas individuais, desde que não gerem aglomerações.

O funcionamento de academias e estabelecimentos voltados para a realização de atividades físicas segue liberado, desde que limitada a

ocupação ao máximo de 50% da capacidade do local, observados os protocolos sanitários estabelecidos.

As aulas presenciais continuam suspensas, até 19 de abril, nas unidades de ensino públicas e particulares, ressalvados os estágios curriculares obrigatórios dos cursos da área de saúde.

Ainda de acordo com o decreto, a circulação dos meios de transporte metropolitanos deverá ser suspensa das 20h30 às 5h, até 19 de abril. A circulação dos ferries também será suspensa das 20h30 às 5h do dia 12 a 16 de abril, ficando vedado o funcionamento nos dias 17 e 18 de abril.

De acordo com o boletim epidemiológico da Secretaria Estadual de Saúde, a Bahia registrou ontem 102 mortes e 4.104 novos casos da doença, chegando a 16.713 óbitos (letalidade de 1,98%) e 15.230 casos ativos.

Especialista explica efeitos em quem já teve covid-19

REVEJA O BATE-PAPO Síndrome pós-covid: o que fazer quando os sintomas continuam ou quando há sequelas? Esse foi o tema do programa Saúde & Bem-Estar, apresentado pelo jornalista Jorge Gauthier (@jorgegauthier) no Instagram do CORREIO (@correio24horas) ontem. O médico Octavio Messeder, especialista em pneumologia e medicina intensiva e coordenador médico da UTI Geral do Hospital Português (@hospitalportugues), explicou os efeitos respiratórios, olfativos, de paladar e até mesmo dermatológicos em pacientes que já tiveram a covid-19. Na próxima terça-feira (20), às 18h, o tema será 'Grupos de risco: a importância de não abandonar os cuidados com a saúde' com Everson Marcos Matt clínico geral, cardiologista, professor da Faculdade AGES de Medicina. Reveja a transmissão com Messeder (<https://bit.ly/3mlJoSO>) e saiba quais cuidados devem ser tomados pós-covid-19.

INSCRIÇÕES PARA CURSOS DE QUALIFICAÇÃO

NO DIA 20 As inscrições para 200 mil vagas em 44 cursos gratuitos de qualificação profissional à distância serão abertas no dia 20 deste mês. As vagas são para os estudantes da rede profissional, do ensino médio e também egressos da rede estadual nos últimos anos. As aulas virtuais começam a partir do dia 5 de maio. Serão 108 mil vagas para alunos da educação profissional, 70 mil para o ensino regular e 22 mil para os alunos da rede estadual que se formaram nos últimos.

CAPITAL CONVOCA PARA ENTREGA DE CASAS

BOCA DA MATA A prefeitura de Salvador convocou ontem 132 beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida para assinatura do contrato e entrega das chaves dos imóveis, que ficam no empreendimento Franco Gilberti, em Boca da Mata. O ato aconteceu na sede da Caixa Econômica Federal, com a presença do prefeito Bruno Reis. Inaugurado em dezembro, o Franco Gilberti possui 20 blocos, cada um com 20 apartamentos, totalizando 400 residências. O local já conta com 268 moradores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA (BA)
AVISO DE REPETIÇÃO (CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021)
 Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Data: 05/05/2021. Horário: 09:00 horas Local: Prefeitura Municipal. Informações através do Tel.: (75) 3638-2682.
 Luis Armando - Presidente da COPEL.

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRÁ - BA
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO N. 003/2021
 A Câmara Municipal de Vereadores de Ipirá/BA faz saber aos interessados que realizará a licitação modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço nº 003/2021. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos (sem motorista e sem combustível), por regime de quilometragem livre, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Ipirá, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital. Tipo: menor preço por lote. Sessão de abertura: dia 28/04/2021 às 15:00h (horário de Brasília). Local de aquisição de edital, entrega de documentos e informações no Setor de Licitações na Câmara, com endereço no Centro Administrativo, BA 022, Km 96, Ipirá/BA, no tel.: (75) 3254-1501/3254-1672 ou no e-mail: contato@camaraipira.ba.gov.br. Ipirá/BA, em 13 de abril de 2021. Ailton Oliveira Alves Junior - Pregoeiro.

"SERTANEJA" - EMPRESA AGRO-PASTORIL S/A
 CNPJ 13.660.295/0001-74
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 Convocamos os acionistas para realização da AGE/AGO em 30/04/2021 às 10:00 horas na Avenida Ruy Barbosa nº 67, Centro, Barreiras/BA, para cumprir as formalidades dos arts. 124, 131, 132 e 133 e seus incisos da Lei 6.404/76, deliberando especialmente sobre tomada de conta dos administradores; exame, discussão e votação das demonstrações financeiras; decisão sobre destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020 e a distribuição de dividendos; discussão sobre situações judiciais pendentes da empresa e o que ocorrer. Barreiras/BA, 14 de abril de 2021. Conselho de Administração.

LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL
HOSPITAL MARTAGÃO GESTEIRA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
 Em conformidade com as determinações do Ministério da Saúde, Órgãos de Saúde Estaduais e Municipais, no intuito de evitar aglomerações e com a finalidade de colaborar com a redução da propagação da COVID-19, zelando pela saúde de todos, ficam convocados os Senhores Associados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, no dia 26 de abril do corrente ano, em convocação única às 19:00 h, através de um link que será disponibilizado e enviado individualmente, e ficará aberto para participação enquanto perdurar a assembleia virtual, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: 1. Apresentação do Balanço Patrimonial / Financeiro 2020 e pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor independente; 2. Apresentação do Relatório de Atividades 2020.
 Salvador, 16 de abril de 2021.
 José Maurício Guimarães Martins
 Presidente do Conselho de Administração.

PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S.A.
 CNPJ 14.308.514/0001-13 - Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convocados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/2021, às 15h, na sede social localizada na R. Miguel Calmon, 398, 7º and/ parte, Comércio, Salvador/BA, para deliberar sobre: **I) EM AGO:** (a) o relatório da administração, parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 2020; e (b) destinação do resultado da Cia. referente ao exercício social findo em 2020; **II) EM AGE:** (a) remuneração global dos Administradores; (b) ratificar o valor pago a título de participação nos lucros de 2020 aos empregados da Cia.; e (c) ratificar a tomada de crédito através de contratos de mútuo celebrados com (i) Evora S.A.; (ii) Aleutas S.A. e (iii) Colares Participações S.A. Os documentos referentes à ordem do dia encontrar-se-ão à disposição dos acionistas na sede social da Cia. Para tomar parte na AGE/E, o acionista deverá comparecer com documento que comprove a sua identidade. O representante legal de acionista deverá apresentar documento que comprove tal qualidade, assim como sua identidade. A Cia. não aceita procurações por meio eletrônico. Salvador, 10/04/21. Conselho de Administração.

NOG
DISTRIBUIDORA
(75) 3311-2977 / (75) 3221-1723
(75) 99981-5004 / (75) 99941-9881

CIMENTO CAIXA D'ÁGUA
TELHA LOUÇA SANITÁRIA

DIVIDIMOS EM ATÉ 12X
EM ATÉ 4X SEM JUROS

EM TODO O ESTADO DA BAHIA

Brasil é única grande economia em desaceleração

INDICADOR DA OCDE De todas as grandes economias do mundo, apenas a do Brasil apresenta desaceleração do crescimento em 2021 de acordo com relatório divulgado nesta terça-feira (13/4) pela Organização para Co-Operação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com os indicadores antecedentes da organização, na contramão da tendência global, o índice composto de indicadores antecedentes (Composite leading indicators - CLIs), caiu 0,32% no Brasil em março, na comparação com fevereiro; único recuo entre as maiores economias monitoradas pela OCDE. No grupo das 7 maiores economias, houve alta média de 0,24%. As informações são do site G1.

Entre os BRICS, que são os países que formam o conjunto das principais economias emergentes, os indicadores para a Índia, Rússia e o setor manufatureiro da China

3,8%
é a projeção de crescimento do PIB brasileiro em 2021 segundo o último Boletim Focus do Banco Central

continuam a se expandir em um ritmo constante em março, "mas no Brasil o CLI aponta para uma desaceleração do crescimento", destacou a OCDE conforme citação do site. Na China, a alta foi de 0,36%. Já na Índia e na Rússia, os avanços foram de 0,29% e 0,26%, respectivamente. O indicador da OCDE tem como objetivo tentar antecipar pontos de virada na atividade econômica em relação à tendência.

A OCDE chamou atenção para o fato de que os indicadores devem ser interpretados com cuidado, uma vez que as medidas de restrição para conter o avanço da covid-19 e o progresso das campanhas de vacinação poderão gerar flutuações maiores do que o normal nos componentes. "A magnitude do CLI deve ser considerada como uma indicação da força do sinal e não como uma medida do grau de crescimento da atividade econômica", destacou.

Entre as maiores econo-

mias globais, o relatório aponta que nos Estados Unidos o indicador mostra que o ritmo de crescimento continua a crescer, impulsionando a expansão da confiança do consumidor. Já no Japão, Canadá e na área do euro como um todo, especialmente na Alemanha e na Itália, os CLIs apontam para um aumento constante. Na França e também no Reino Unido, os indicadores antecipam um crescimento estável.

A reportagem do G1 lembrou que, em linha com indicador da OCDE, analistas do mercado financeiro brasileiro projetam uma queda do PIB (Produto Interno Bruto) do país no 1º trimestre, em meio ao agravamento da pandemia, novas medidas restritivas e aumento das preocupações com as contas públicas nacionais. Com isso, segundo o Boletim Focus dessa segunda, eles estimam que ao final do ano o PIB vai crescer 3,08%. Esse número era 3,17% há uma semana.

Pandemia faz com que fábricas de caixão abram vagas

AUMENTO DE PRODUÇÃO Em um momento em que o país enfrenta um desemprego recorde e muitas empresas estão demitindo por causa da pandemia de covid-19, fabricantes de caixões como a Godoy Santos estão contratando. A equipe da empresa de Dois Córregos (SP) aumentou pouco mais de 10% com os 15 funcionários que chegaram recentemente. As jornadas ficaram mais longas e as férias foram suspen-

das. A empresa também passou a oferecer apenas 2 dos 45 modelos que tem no catálogo para tentar acelerar a produção segundo reportagem da BBC Brasil.

O aumento da produção de caixão coincide com o período de aumento de mortes causadas pela covid-19 no Brasil. As mortes no ano da pandemia ficaram 31% acima da média e 13,7% a mais que no ano anterior. Os fabricantes de caixão

foram um dos primeiros a notar esse aumento fora da curva. Leandro Rigon, que tem uma fábrica de caixões e urnas funerárias em Constantina (RS), diz que sua produção aumentou em um terço depois que ele contratou mais 20 funcionários. Mas nem tudo são flores nesse mercado em ebulição. O aumento da produção em gerado falta de matéria-prima no país, encarecendo a produção.



BRUNO CECIM / AG. PARÁ

Setor está exportando mais, porém, mesmo grandes frigoríficos paralisam atividades

econômica como fatores para as suspensões de abates.

As medidas de isolamento adotadas para evitar contaminações pelo novo coronavírus e o aumento de despesas com grãos usados na ração do gado — milho e farelo de soja —, que onera o custo de produção de carne, fizeram com que a situação se agravasse na pecuária. "O setor está exportando muito bem, mas esta demanda dos frigoríficos exportadores também é um fator que contribui para manter o custo do boi ainda mais alto".

Ainda segundo a reportagem, em março, as exportações de carne bovina do Brasil cresceram 8% face igual período do ano anterior, impulsionadas por um aumento nas aquisições pela China.

Ainda assim, Mustefaga disse que até mesmo nos grandes frigoríficos "o ajuste de produção é menor, mas existe". Cerca de 70% da produção de carnes do Brasil é consumida no mercado interno.

Alta dos insumos levam dificuldades a frigoríficos

DISPARADA A indústria brasileira de carnes está cada vez mais voltada para o mercado externo, o que pode trazer reflexos no preço do produto no país. O setor enfrenta uma disparada nos preços da arroba bovina e a dificuldade de repasse integral para a carne no mercado nacional, o que interno têm afetado margens de lucro, levando a uma onda de suspensões temporárias de produção que reduz abates e a

oferta aos consumidores, conforme fontes e representantes do setor ouvidos pela agência Reuters citada em matéria do jornal o Globo.

O presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Paulo Mustefaga, afirmou que diversas unidades de pequeno, médio e grande portes passaram por paralisações ou ainda estão paradas em função das adversidades domésticas. Ele não soube detalhar em

números. "O preço do boi subiu cerca de 60% em um ano e a indústria conseguiu repassar no máximo 40% dos custos... (o setor) está com uma dificuldade muito grande de fechar as contas".

Além da arroba em máximas históricas — aproximadamente R\$ 320, — motivadas por baixa oferta de gado e forte demanda externa, ele ressaltou a redução do poder de compra das famílias brasileiras causada pela crise

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.7166	R\$ 5.7176
Dólar Turismo	R\$ 5.6830	R\$ 5.6870
Euro turismo	R\$ 6.7370	R\$ 7.0270

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	119.297,13	+0,41%

POUPANÇA

14/04/2021	0,1159%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Fevereiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,85%	1,1%	5,20%
INPC/IBGE	0,82%	1,09%	6,22%
IGP-M/FGV	2,53%	5,17%	28,94%

PAGAMENTO SEM CONTATO

374%

é a alta de transações por meio dos pagamentos por aproximação em um ano de acordo com a Abecs, associação que representa o setor de cartões. Os pagamentos sem contato saltaram de 22,6 milhões em janeiro de 2020, para 114 milhões em dezembro.

VAREJO BAIANO TEM PRIMEIRA ALTA APÓS TRÊS MESES

PESQUISA As vendas do varejo na Bahia voltaram a crescer em fevereiro. No comparativo com janeiro, a alta foi de 1,6% na série livre de influências sazonais. Foi o primeiro resultado positivo após três reclusões consecutivas (de 3% de outubro para novembro, de 4,1% de novembro para dezembro e de 2,2% de dezembro para janeiro). Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE e foram divulgados ontem.

Com esse desempenho, o volume de vendas na Bahia já se encontra praticamente no patamar registrado em fevereiro de 2020, no pré-pandemia, com discreta variação negativa de 0,1% no acumulando entre março de 2020 e fevereiro de 2021.

O resultado do comércio varejista baiano entre janeiro e fevereiro foi superior ao nacional (0,6%), e acompanhou o movimento de crescimento verificado em 19 das 27 estados. Amazonas (14,2%), Rondônia (11,5%) e Piauí (8,3%) tiveram os melhores desempenhos. Acre (-12,9%), Tocantins (-4,4%) e Distrito Federal (-2,1%) tiveram os piores. Na comparação anual (fevereiro/21 com fevereiro/20), o varejo baiano recuou 5%, o quarto consecutivo nesse tipo de confronto.



ELIO
GASPARI

oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/

BOLSONARO QUER PIZZA DE LIMÃO

Bolsonaro pediu ao senador Jorge Kajuru que o ajude a fazer "do limão uma limonada" na Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia. O que ele quer mesmo é uma pizza. Noves fora a ameaça de "porrada", a fala do capitão é uma enciclopédia bolsonarista:

Mania de perseguição: "Se não mudar o objetivo da CPI, ela vai vir só pra cima de mim".

Havendo um problema, cria-se outro: "É CPI ampla, investigar ministro do Supremo".

Num momento, Bolsonaro soltou uma frase intrigante:

"Se não mudar a amplitude, a CPI vai simplesmente ouvir o Pazuello".

Qual é o problema de se tomar o depoimento do general que ele colocou no Ministério da Saúde? De uma hora para outra "ouvir o Pazuello" virou uma fonte de ansiedade.

Quem viu o empreiteiro Marcelo Odebrecht sendo tratado como um príncipe ao depor na CPI da Petrobras em 2015 sabe quanto há de teatro nas comissões parlamentares de inquérito que buscam fatos e outras coisas más. Odebrecht estava preso, seus malfeitos eram conhecidos e, ainda assim, informou que "não respeito delator". Meses depois estava colaborando com a Justiça.

Em geral, as CPIs resultam em fábricas de vento, e a da pandemia promete vendáveis. O comportamento de Bolsonaro é público, e algumas de suas atitudes já foram narradas pelo ex-ministro Luiz Henrique Mandetta em livro. Nesse aspecto, além do depoimento desse ex-ministro, será informativo o de seu sucessor Nelson Teich, ele poderá revelar porque foi-se embora em menos de um mês.

O grande quadro está escancarado: é um retrato de corpo inteiro de Bolsonaro. Ele chamou a covid de "gripezinha" e combate o isolamento por uma mistura de ignorância com oportunismo que estava no seu código político já ao tempo em que era vereador do Rio, rachando apoios e patrimônios.

Asmodeu virá nos detalhes, todos relacionados com a gestão do Ministério da Saúde. Mandetta já contou que semanas depois de sua posse o Planalto pediu a cabeça de quatro colaboradores. Seria o jogo jogado, mas "quem articulou as exonerações e impôs os novos nomes mirava o controle de mais de 80% do orçamento do Ministério da Saúde". Quem?

O general Eduardo Pazuello assumiu o ministério com seu pelotão de militares, e deu no que deu. Na sua despedida, insinuou que tem algo a revelar. Contou que "a liderança política que nós temos hoje que nos mandou uma relação para a gente atender, e nós não atendemos". Ele acrescentou: "A operação de grana com fins políticos acontece aqui". Novamente, quem?

Essa fala de Pazuello teria caído mal no Planalto. Por quê?

O general chegou a falar de um "grupo dos oito", formado por colaboradores que levou para o ministério e passou a orquestrar sua fritura. Quem?

A certa altura, tentaram "empurrar uma pseudo nota técnica" defendendo um medicamento. Cadê a nota? Que medicamento era esse?

Pazuello disse a congressistas que não deveriam falar mais em isolamento, foi ao Amazonas oferecer cloroquina quando faltava oxigênio, e sua equipe mandou as vacinas de Manaus para Macapá. Isso mostrou que seus conhecimentos de logística, aplicados no Dia D, em vez de levar os Aliados a Paris, levariam os alemães a Londres.

Ele é um aristocrata no manifesto bolsonarista mas, como Mandetta e Teich, tem o que contar.

Pazuello assumiu o ministério com seu pelotão de militares, e deu no que deu. Na sua despedida, insinuou que tem algo a revelar

PGR descarta mensagens hackeadas como provas

LAVA JATO Laudo da Polícia Federal reforçou os argumentos do Ministério Público Federal (MPF) contra o inquérito aberto pelo presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Humberto Martins, para investigar integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato. Com base na conclusão policial, a Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou ser tecnicamente impossível atestar a integridade e a autenticidade das mensagens apreendidas com os responsáveis pelo ataque hacker contra procuradores da República e outras autoridades - e, portanto, inviável seu uso como prova, como defende Martins.

O posicionamento do Ministério Público Federal foi enviado anteaquem à ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), relatora de recursos em que a legalidade da investigação do STJ é debatida. No mês passado, atendendo a um pedido do ex-Lava Jato Diogo Castor de Matos, a ministra suspendeu o inquérito. A decisão está pendente de análise pela Primeira Turma da corte. Não há data prevista para o julgamento.

A liminar concedida por Rosa e a perícia da PF, segundo a avaliação de procuradores, reduziram as chances de o inquérito de Martins ir adiante, embora ele tenha recebido sinalizações favoráveis de ministros do Supremo críticos da Lava Jato. A apuração do STJ foi aberta em fevereiro pelo presidente do tribunal sob a justificativa de esclarecer se integrantes da Lava Jato tentaram investigar,

Segundo perícia da PF, não é possível apontar autenticidade e integridade das conversas

ilegalmente, ministros da corte superior.

A hipótese foi levantada a partir de reportagens sobre o conteúdo das mensagens trocadas entre representantes da Procuradoria vazadas no ataque hacker em 2019. O procurador Deltan Dallagnol, ex-coordenador da força-tarefa de Curitiba, também é um dos citados no inquérito do STJ.

Os peritos da PF apontaram dois caminhos possíveis para atestar a autenticidade e integridade das mensagens apreendidas em poder dos hackers. Ou acessar os bancos de dados dos servidores centrais da empresa russa responsável pelo Telegram, aplicativo de onde vazaram as mensagens, ou o conteúdo armazenado nos dispositivos utilizados pelas vítimas dos hackers.

Na manifestação ao STF, o sub-procurador-geral da República José Adonis Callou de Araújo Sá afirmou que as soluções teóricas "são materialmente inviáveis".

"Não há como acessar os servidores centrais do aplicativo russo Telegram", disse. "Não é um caminho faticamente viável nos dias atuais". Quanto ao outro caminho, disse Sá, "as vítimas dos hackers, por questão de segurança e seguindo orientação institucional, apagaram os conteúdos então armazenados".

Governo avalia perdão de tributos a pequenas empresas

AJUDA O governo federal criou um grupo de trabalho para avaliar a anulação de tributos sobre micro e pequenas empresas. Os empresários querem 5 ou 6 meses de perdão. O Sebrae atuará com a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa para sugerir quais setores precisam do perdão de dívidas. A decisão foi tomada, ontem, durante reunião no Palácio do Planalto.

Turismo, beleza, eventos e bares e restaurantes, que tiveram resultados desastrosos em março com as medidas restritivas, podem ser "oxigenados" com essa proposta e evitar mais demissões. "Se ele não pagou a folha de pagamento, esquece o tributo porque é pouquinho. Não adianta Refis [programa de refinanciamento de dívidas], não adianta atrasar dívida. Vemos aqui para pedir velocidade", disse o senador Jorginho Mello (PL-SC).

O encontro durou mais de duas horas e teve a presença do presidente Jair Bolsonaro, dos ministros Paulo Guedes (Economia), Onyx Lorenzoni (Secretaria Geral), Flávia Arruda (Secretaria de Governo), Fábio Faria (Comunicações), Marcelo Queiroga (Saúde) e empresários.

Na ocasião, Guedes disse preferir que os setores mais prejudicados pela crise não paguem tributos por alguns meses do que fechem suas portas e demitam mais funcioná-

rios. A Receita Federal adiou recentemente os impostos que incidem sobre o Simples Nacional, regime tributário para micro e pequenas empresas. O debate ocorre em um momento em que governo espera alta da arrecadação de tributos em março, mesmo com a pandemia.

O presidente do Sebrae, Carlos Melles, disse que foi uma reunião muito positiva e clara para debater o que as pequenas empresas estão precisando. Apresentou diversos dados sobre como anda o setor. Ele ainda elogiou o trabalho do Executivo no primeiro ano da pandemia e pediu a renovação de algumas iniciativas em 2021.

As empresas esperam que depois da sanção do Orçamento sejam relançados o Pronampe (linha de crédito para pequenos negócios) e o BEm (que permite a redução de jornada e salário ou de suspensão de contratos).

O encontro durou mais de duas horas e teve a presença do presidente Jair Bolsonaro

IMPOSTO DE RENDA

31 DE JULHO

este é o prazo para a entrega das declarações do Imposto de Renda, de acordo com projeto aprovado, ontem, pela Câmara dos Deputados. Como já havia passado pelo Senado, o texto vai à sanção presidencial. O novo prazo só vale se for sancionado pelo presidente Bolsonaro. O cronograma previsto para as restituições não foi alterado.

Elio Gaspari é jornalista e escreve às segundas e quartas-feiras

Mais*

POR CAUSA DA PANDEMIA, MUNICÍPIOS NÃO TERÃO FESTAS PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO

Arrasta-pé vai ficar para o ano que vem

São João Pelo menos dez cidades baianas cancelam festejos juninos em 2021

Marcela Villar*

REPORTAGEM

marcela.villar@redabahia.com.br

Com a taxa de ocupação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) ainda em alta – estava em 83% ontem, segundo dados da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Se-sab) –, vacinação avançando lentamente e uma possível terceira onda de contaminações pelo novo coronavírus, ao menos dez cidades do estado com eventos juninos cobçados já cancelaram a festa. Os municípios que anteciparam a decisão foram Amargosa, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Jaguarari, Itaberaba, Ipiatã, Camaçari, Mata São João e Euclides da Cunha.

Outras sete ainda não definiram se irão, de fato, cancelar, mas tudo indica que o arrasta-pé também ficará para 2022. As prefeituras indecisas são Pirituba, Ipirá, Irecê, Juazeiro, Mucugê, Cruz das Almas e Ibicuí. Algumas ainda têm esperança de que o cenário pandêmico possa melhorar até junho. Outras, porém, aguardam posicionamento do governo do estado.

Em Amargosa, no Recôncavo, o prefeito Júlio Pinheiro já definiu que não haverá São João. Ele dialoga com outras 11 cidades da Bahia para fazer um anúncio coletivo, como ocorreu no ano passado. “A situação sanitária tem se agravado nas últimas semanas, o que impossibilita totalmente os municípios de realizarem a festa por conta da aglomeração que gera, ao passo que a vacina não tem chegado aos municípios na mesma proporção que precisava”, explica Pinheiro.

Se houvesse uma boa percentagem da população vaci-

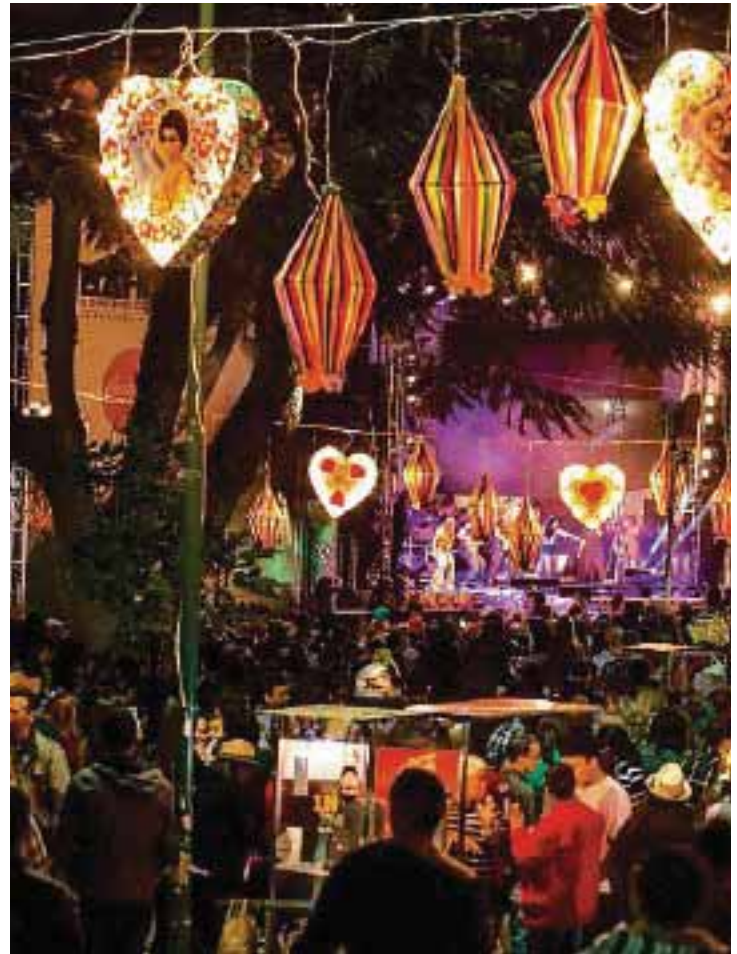
nada, ele acredita que a festa poderia acontecer – o que não é o caso porque Amargosa só imunizou 5.434 pessoas com a primeira dose, de acordo com o boletim de anteontem. Com população de 37 mil habitantes, esse quantitativo corresponde a 14,7% do total de moradores. “Os estudos apontam que se 70% da população estiver vacinada, já garante imunidade coletiva, então se tivéssemos esse percentual, muito provavelmente teríamos festa, mas a vacinação vem sendo interrompida toda semana por falta do principal insumo, que é a vacina”, sinaliza.

A cidade deixa de ganhar pelo menos R\$ 20 milhões em arrecadação de impostos com o cancelamento. “O São João para Amargosa é a principal data da economia, mais importante que o Natal, porque circula muito dinheiro, ajuda a cidade a aumentar seu PIB [Produto Interno Bruto], a arrecadação do comércio, o aluguel de casas, e tudo isso sofrerá impacto”, lamenta o prefeito. Durante os cinco dias de festa, a população chega a triplicar – são pelo menos 50 mil turistas por dia. A cidade registra, até então, 1.969 casos confirmados de covid-19, com 1.861 recuperados e 41 óbitos.

PREJUÍZO FINANCEIRO

Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), nas cidades de Mata de São João e Camaçari, os eventos já foram cancelados. O secretário de governo de Camaçari, José Gama Neves, explica que a prefeitura preferiu se adiantar para evitar expectativas. “A gente não pode sonhar, nem do ponto de vista de investimento e nem do ponto de vista epidemiológico, em divulgar festa, não tem clima. Nos dias de maior concentração, chega a ter em torno de

De acordo com dados da prefeitura, Amargosa deixa de ganhar cerca de R\$ 20 milhões em impostos sem o São João



100 mil pessoas por dia, então é muita gente para convocar nesse período incerto que é a pandemia”, esclarece Gama.

São cerca de R\$ 6 milhões investidos pelos cofres municipais no São João, que tem como principal expoente a festa Camaforró. Esse investimento retorna em um número cinco a seis vezes maior para a cidade, segundo o secretário – ou seja, a prefeitura lucra pelo menos R\$ 25 milhões. Somado aos distritos do entorno (Jauá, Abrantes, Monte Gordo, etc.), são mais de 32 eventos realizados no total, que vão desde Santo Antônio à São Pedro, entre 13 e 29 de junho.

“É uma festa esperada pela população, é muito dolorido ter que cancelar a festa pelo segundo ano consecutivo, mas precisamos encarar a realidade, o momento não é esse, até por uma questão de despesa orçamentária. Na realidade atual, de queda de receita, unimos a preocupação com a saúde e a responsabilidade de gestão, não tem como justificar uma despesa orçamentária para contratação de bandas e artistas”, detalha o secretário. São, até agora, 18.922 casos confirmados de covid-19 na cidade, com 320 óbitos.

Em Senhor do Bonfim, que também tem um festo tradicional, os eventos só serão no ano que vem. “É uma festa de muita tradição, fomenta a economia da cidade e o cancelamento causa um prejuízo para a região toda, desde hotelaria, vendedores de fogos de artifício, restaurantes, são várias classes atingidas. A nível cultural e psicológico também será uma perda, porque a gente sabe que muitas pessoas esperam esse período para confraternizar”, afirma a secretária de desenvolvimento econômico, turismo e esporte, Ana Cláudia Matos.

Pela estimativa dela, em média 20 mil a 30 mil pessoas compareciam na cidade diariamente por conta dos festejos, isso só nas festas de rua. Nas festas particulares, como no conhecido Forró do Sfreaga, mais 10 mil pessoas. A prefeitura gastava em torno de R\$ 2 milhões com artistas, estrutura e ornamentação, que eram, em parte, bancados por patrocinadores.

As casas de temporada para locação, por exemplo, que custam em torno de R\$ 600 a R\$ 700 por mês, eram encontradas por R\$ 6 mil a R\$ 8 mil para os quatro dias de São João. “Tem gente que guarda as coisas em um quarto só para alugar a casa. É uma festa que movimenta a economia da Bahia inteira. A cidade se transforma”, adiciona o superintendente de desenvolvimento econômico, Anífilo Pereira.

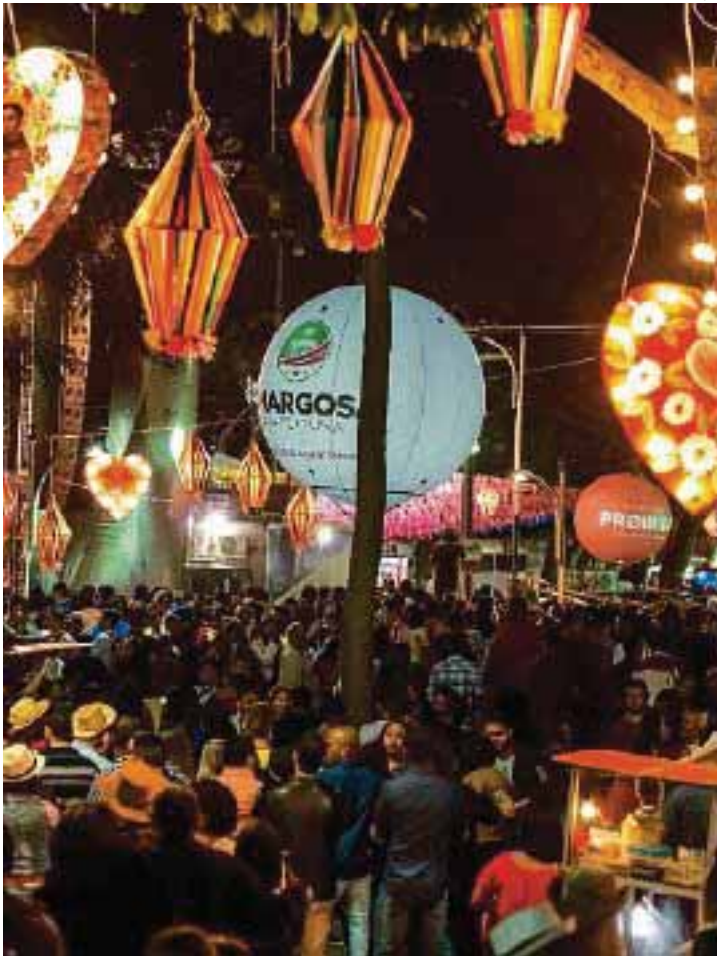
Em Jaguarari, cidade com 33 mil habitantes, o São João foi descartado. “Não temos condição de fazer, porque mesmo que tenha tido avanço na vacinação até junho, todo o planejamento de licitação, orçamento... não daria tempo”, explica a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, Gelsira Souza. Ela espera poder fazer uma programação virtual.

*ORIENTAÇÃO DE PERLA RIBEIRO

Imunização Bahia é o segundo estado do Brasil com maior número de pessoas com a segunda dose atrasada PÁG. 19

Violência Assassinato de investigador da Polícia Civil durante assalto emocional colegas e delegados PÁG. 20

MARCOS PEIXOTO / DIVULGAÇÃO



“Mesmo que cheguem em junho as 10 milhões de doses da vacina Sputnik V, são necessárias duas doses para conseguir a imunização. (...) Por isso, não vejo horizonte para a realização da festa de São João, pelo menos na data tradicional, que é o mês de junho” **Rui Costa**

Governador da Bahia

“A situação sanitária tem se agravado nas últimas semanas, o que impossibilita os municípios de realizarem a festa” **Júlio Pinheiro**

Prefeito de Amargosa

‘Pouco provável’, diz governador Rui Costa sobre festa

Ao CORREIO, o governador da Bahia, Rui Costa, afirmou que é pouco provável a realização das festas de São João no estado no mês de junho. De acordo com ele, é praticamente impossível que a maior parte da população esteja vacinada até os festejos.

“Mesmo que cheguem em junho as 10 milhões de doses da vacina Sputnik V, que é o nosso desejo e estamos trabalhando para isso, são necessárias duas doses para conseguir a imunização. Desta forma, na melhor das hipóteses, só teríamos um maior número de imunizados no final de julho. Por isso, não vejo horizonte para a realização da festa de São João, pelo menos na data tradicional, que é o mês de junho”, explicou o governador em nota enviada pela secretaria de comunicação do governo. A vacina russa, vale lembrar, ainda não foi liberada para uso no Brasil.

O martelo também não está batido em Salvador. Porém, de acordo com a assessoria de comunicação da prefeitura, apesar de não haver uma decisão oficial do prefeito Bruno Reis, é difícil que as festas juninas ocorram este ano na cidade, também por conta do ritmo da vacinação da capital baiana.

Das dez cidades que confirmaram o cancelamento da festa junina até o momento, Itaberaba e Cachoeira estudam a possibilidade de realizar um evento on-line para não deixar o evento passar despercebido.

Vacinação lenta faz esperança ser pequena

Algumas cidades baianas têm o mínimo de esperança na realização do São João. Em Cruz das Almas, o desejo é que possa existir a festa se a vacinação avançar. “Estamos seguindo os decretos publicados pelo governo do estado e as orientações do Ministério Público. Queríamos muito que a vacina chegasse para todos e, assim, pudéssemos fazer uma programação para o São João. Mas, infelizmente, essa realidade está um pouco distante, mas sempre existe a esperança da vacina e, quem sabe, o retorno dos eventos”, pondera o secretário de Relações Institucionais de Cruz das Almas, Márcio Marques.

A tendência é que não ocorra, mesmo que haja possibilidade, por conta dos preparativos. “É praticamente inviável fazer um evento desse porte em tão pouco tempo. Já estamos quase chegando no mês de maio e o São João de cada ano é planejado quando do ano anterior termina. Em janeiro, começam todos os preparativos, principalmente com a ornamentação. O prefeito Ednaldo Ribeiro sabe da importância da festa, principalmente para o comércio e o aquecimento da economia, mas o pensamento agora é apenas em cuidar e salvar vidas”, explica Mar-

ques. A cidade, que tem 63 mil habitantes, registrou, até agora, 3.964 casos confirmados de covid-19 e 45 óbitos. Ao todo, são 7.453 vacinados contra a doença, entre primeira e segunda doses.

Em Irecê, a pauta ainda não começou a ser discutida. “Não temos ainda uma definição, até porque toda atenção está voltada para o enfrentamento da pandemia. Precisamos esperar também um posicionamento do governo do estado, para só então pensar numa possibilidade do evento. O momento é delicado e mais crítico. Esperamos passar para ver o que será possível ser feito”, diz o secretário de cultura, Solón Barreto.

A prefeitura de Ibicuí também prefere aguardar, mas, se não houver melhora nos índices epidemiológicos, a festa não ocorrerá. A mesma coisa acontece em Juazeiro e Ipirá. Em Piritiba, a decisão final depende da vacinação contra covid-19. O Secretário de Esporte, Cultura Lazer e Turismo de Piritiba, Jamerison Aratijo, informou que todas as atenções estão agora voltadas para o processo de vacinação dos piritibanos e, pelo cenário atual, o mais provável é a realização de uma live seguindo os protocolos do Ministério da Saúde.

Mucugê não descarta realizar eventos presenciais

Na região da Chapada Diamantina, os ânimos são de esperança. A secretária de Turismo de Lençóis, Laura Garcia, deixou em aberto a decisão do município. Já em Mucugê, a prefeitura já começou a abrir licitações para comprar o material de decoração. Se for possível, a secretária de Cultura e Turismo, Fabiana Profeta, pensa em realizar festas presenciais fechadas, com controle do público.

“Pensamos em fazer pequenos eventos espalhados, em pontos estratégicos, com a quantidade permitida no momento, levando em consideração a situação do estado e do município. Seriam festas fechadas com controle de entrada e sem muita diluição. As pousadas e hotéis que têm espaço para eventos ficariam responsáveis em oferecer um evento menor aos seus clientes para que assim tivéssemos mais opções de distribuição”, argumenta Fabiana. Segundo ela, tudo será em alinhamento com o governo estadual.

A secretária conta que, em anos anteriores, o retorno financeiro era de R\$ 5 milhões para cada R\$ 500 mil investidos pela prefeitura. Além disso, a cidade, de menos de 9 mil habitantes, chegava a receber 10 mil turistas por dia na época da festa. São 333 casos confirmados de covid-19, sendo 305 recuperados e sete óbitos.

Em Miguel Calmon, a festa não passará batida. Segundo o gerente de Cultura, Wecley Nascimento, haverá uma programação virtual com 20 bandas e artistas locais e um trio elétrico que passará nas ruas da cidade, como tem sido feito nos últimos cinco anos. “Além do formato de live, a gente criou uma nova modalidade, de um carro de som com um trio de forró tocando nas ruas e a cidade foi bem obediente, todos acompanharam de carro. A própria população cobra da gente”, conta Nascimento. Sem a festa, o município perde cerca de R\$ 6 milhões e deixa de receber 20 a 30 mil turistas por dia.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 14/04/2021	Página: 02

Tribuna

Refis

Enquanto o Senado discute a implantação da CPI da Covid, alguns projetos de Lei na Câmara tratando do "Refis da Pandemia" andam a passos lentos. O objetivo é trazer alívio de caixa para as empresas e manutenção dos negócios e dos empregos. As propostas de parcelamento trazem premissas similares: uma entrada inicial, parcelas variando de 60 a 360 meses e anistias de multa entre 70% e 100%. A redução nos juros vai de 45% a 100%. Alguns projetos também permitem a utilização de saldo negativo de CSLL e prejuízo fiscal, o que, na análise de especialistas, é importante para que as empresas quitem as dívidas tributárias sem mexer no fluxo de caixa. O PL 3345/2020, de autoria do deputado Ruy Carneiro (PSDB-PB), traz uma peculiaridade: a parcela a ser paga pelo contribuinte será calculada com base no valor correspondente a 1% da receita bruta mensal da empresa. Entre os empresários a rezadeira é grande.

Tribuna

PONTO DE VISTA RAYMUNDO PINTO

Auxílio emergencial é essencial

Em meio a tantas notícias ruins ou péssimas em várias partes do mundo, dando o Brasil não pequena contribuição, tomei conhecimento há poucos dias de uma reportagem a respeito de como foi enfrentada a pandemia na Nova Zelândia, um país de dimensão reduzida formado por duas ilhas e que fica na Oceania. Sua população é relativamente pequena – 5 milhões de habitantes – o que não a impediu de ser atingida pela terrível doença. Interessa saber que meios usou seu governo, tendo à frente uma mulher: a primeira-ministra Jacinta Arden, para mostrar ao mundo a maior vitória que se tem notícia sobre o coronavírus. Aos primeiros sinais do vírus, em março/20, as fronteiras foram fechadas, seguindo-se um rígido lockdown de seis semanas. As viagens aéreas foram canceladas, inclusive as domésticas. O êxito da campanha se deveu em grande parte à liderança da indicada governante (o que falta aqui entre nós) e sua coragem em tomar as medidas necessárias, não se deixando abater por uma forte oposição, em

especial partida dos agentes de negócios.

Os analistas que observaram os fatos positivos que ocorreram na Nova Zelândia fizeram questão de destacar que, sem dúvida, ali também a economia sofreu bastante com os inevitáveis reflexos sentidos após as decisões que limitaram as atividades econômicas em geral. Nesse ponto, assinala-se que o governo daquela Nação logo percebeu que se impunha aprovar um generoso auxílio financeiro aos mais pobres, os quais, ficando em isolamento em casa por causa do lockdown, teriam de dispor de algum dinheiro a fim de adquirir alimentos e outros bens básicos. Da mesma forma foram socorridos titulares de pequenos negócios e prestadores de serviço. No total, a ajuda alcançou o equivalente a 50 bilhões de reais.

Infelizmente, para nós brasileiros só nos resta ficar com uma pontinha de inveja dos acontecimentos ocorridos no indicado país. Ainda na semana passada (e tudo indica que a gravidade deve continuar), o número de mortes pela covid-19 aqui, em apenas

24 horas, ultrapassou 4.000, o contágio chegou perto de 100.000 pessoas por dia e os hospitais, em quase todos os estados, denunciavam a falta de leitos de UTI e dos insumos a serem usados em pacientes intubados.

Comparando as duas situações, é muito importante ressaltar que já está no tempo de nossas autoridades, principalmente o negativista presidente da República, se conscientizarem de que não adianta insistir que as medidas mais radicais de isolamento social impactam sobremaneira a economia e a torna inviável. Vale lembrar que o próprio Ministro da Economia, Paulo Guedes, respeitado por Bolsonaro, teve a sensação de um dia proclamar que a solução dos problemas econômicos passa pela vacinação em massa. Mirando o bom exemplo, observe-se que a famosa primeira-ministra Jacinta não se limitou ao distanciamento social entre as determinações que impôs no seu país. A fim de não prejudicar a economia, ela aplicou bilhões para atender os chamados vulneráveis, sem o que fica impossível que estes sobrevivam com o mínimo de dignidade. No Brasil, foi válida a medida que criou o denominado auxílio emergencial. As consequências positivas foram evidentes e até o presidente conseguiu ver sua popularidade ampliada.

O grande erro foi, em ja-

neiro do corrente ano, não ser providenciada de imediato a prorrogação da iniciativa. Decorridos três meses sem nenhuma ajuda, só agora em abril os pobres e miseráveis começam a receber a ajuda média de R\$ 250,00, inferior às anteriores, mesmo assim com muitos receios de técnicos em finanças de que se deve cumprir, com rigor, os limites orçamentários (o chamado "teto dos gastos"). Ora, em tempos de graves e prolongadas crises sociais, como a atual, que envolve a saúde, as precauções sobre despesas públicas não devem ser exageradas. O célebre educador baiano Anísio Teixeira dizia: "A boa educação é cara, mas a guerra é também cara e se faz a guerra". Como estamos em plena guerra contra um inimigo invisível, não podemos vacilar sobre a importância das vacinas, que são, de fato, as principais armas para vencê-la, porém, se não queremos atingir as atividades econômicas com outras providências igualmente urgentes e necessárias, incluindo o isolamento social, a implantação de um novo auxílio emergencial é algo, sem nenhuma dúvida, essencial nesta hora e urge aumentá-lo.

Raymundo Pinto,
desembargador aposentado do
TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. racpinto@uo.com.br

Tribuna

Com disparada no preço do boi, frigoríficos suspendem abates

REUTERS

A disparada nos preços da arroba bovina e a dificuldade de repasse integral desses custos para a carne no mercado interno têm afetado margens na indústria brasileira, levando a uma onda de suspensões temporárias de produção que reduz abates e a oferta aos consumidores, conforme fontes e representantes do setor ouvidos pela Reuters.

O presidente da Associa-

ção Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Paulo Mustefaga, afirmou que diversas unidades de pequeno, médio e grande portes passaram por paralisações ou ainda estão paradas em função das adversidades domésticas. Ele não soube detalhar em números.

— O preço do boi subiu cerca de 60% em um ano e a indústria conseguiu repassar no máximo 40% dos custos... (o setor) está com uma dificuldade muito grande de fechar as contas— disse Mustefaga.

Tribuna

São João na Bahia não deverá ser realizado pelo segundo ano

YURI ABREU
REPORTER

Diante da claudicante campanha de vacinação contra a covid-19 em todo o país e a impossibilidade de, neste momento, formação de aglomerações por causa da pandemia e da baixa imunização da população, é pouco provável que a festa mais tradicional do Nordeste do Brasil, o São João, seja realizada em 2021, assim como ocorreu em 2020. Em 2020, o não acontecimento do festejo fez com que a Bahia, por exemplo, deixasse de movimentar mais de R\$ 500 milhões, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

A avaliação da quase nula possibilidade de acontecimento do evento foi relatada ontem (13), pelo governador da Bahia, Rui Costa. "Mesmo que cheguem em junho às 10 milhões de doses da vacina Sputnik, que é

o nosso desejo e estamos trabalhando para isso, são necessárias duas doses para conseguir a imunização", disse o gestor. O estado, atualmente, tem pouco mais de 13% da sua população vacinada com a primeira dose e apenas 3% dos baianos foram imunizados também com a segunda dose.

Conforme Rui, em um cenário mais otimista, mesmo com a chegada das vacinas russas, seria apenas em julho que a Bahia teria uma grande quantidade de pessoas vacinadas. "Por isso, não vejo horizonte para a realização da festa de São João, pelo menos na data tradicional, que é o mês de junho", esclareceu o governador do Estado, deixando no ar uma possibilidade de realização da festa em outro momento.

Ele ainda lembrou que, até agora, só existe uma vacina com capacidade de imunizar com uma única dose: a Jansen, produzida pelo laboratório da Johnson & Johnson. "Todas as outras inclusive as que já são aplicadas hoje no Brasil exigem

uma segunda dose para a imunização contra a doença", ressaltou Rui Costa.

CANCELAMENTO

No último sábado, em visita aos municípios de Camaçari, Serrinha e Feira de Santana, no Interior da Bahia, o Ministro do Turismo, Gilson Machado, disse que não haveria condições para a realização do São João em todo o Nordeste, exatamente pelo atual cenário da pandemia no país. De acordo com o titular do órgão, o cancelamento do evento, neste ano, deve gerar um prejuízo de R\$ 1,5 bilhão. Para se ter uma ideia, de acordo com os dados da SEI, que levam em conta o ano de 2019, as 60 maiores festas privadas na Bahia atraíram 500 mil pessoas, e mais de R\$ 550 milhões foram movimentados durante o período junino. Ainda segundo o órgão, ligado à Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), foram gerados entre 40 e 50 mil novos postos de trabalho no período. Na última segunda-



Foto: Divulgação

FESTEJOS

A Prefeitura de Camaçari já anunciou que não realizará a festa neste ano

feira, já prevendo que a vacinação não atingiria o mínimo necessário junto à população, a Prefeitura de Camaçari anunciou o cancelamento, pelo segundo ano seguido, do Camaforró. Em uma rede social, a administração do município que fica na Região Metropolitana de Salvador (RMS), afirmou que a decisão foi tomada por causa da nova variante da covid-19, a cepa de Manaus, mais agressiva e letal.

"Uma das datas mais expressivas no calendário da cultura popular nordestina, as festas juninas saem de cena. Isso porque, diante da nova variante do coronavírus que é mais agressiva e em

virtude das orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que entende a necessidade de eliminar situações de aglomeração como forma de controlar a disseminação do vírus, informamos o cancelamento do Camaforró 2021, que não ocorrerá pelo segundo ano consecutivo por causa da pandemia da Covid-19", diz a mensagem publicada.

Nesse mesmo período do ano passado, pelo menos 12 prefeituras da Bahia já tinham anunciado o cancelamento do São João nos respectivos municípios em virtude da primeira onda da pandemia do novo coronavírus. O pioneiro a dar a largada foi

Conceição de Almeida, seguido por e Vitória da Conquista. Posteriormente, cidades com grandes festas a exemplo de Amargosa, Senhor do Bonfim, Itaberaba, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus adotaram a mesma atitude.

Por isso, a expectativa é a de que, nos próximos dias, mais Prefeituras pelo interior do estado tomem a mesma decisão tomada agora por Camaçari. Em Pernambuco, neste ano, a cidade de Caruaru, que disputa com Campina Grande, na Paraíba, o título de melhor São João do país, também já anunciou que não vai realizar o evento em 2021.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 14/04/2021	



Governo da Bahia publica edital de Parceria Público-Privada para Hospital Metropolitano

14 abril 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Foi publicado, no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (14), o edital para concessão administrativa do Hospital Metropolitano, localizado em Lauro de Freitas. Atualmente aberto de forma emergencial para atendimento de pacientes com diagnóstico de Covid-19, o hospital será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade.

“A Bahia foi o primeiro estado a implantar PPP na área de saúde no país, com o Hospital do Subúrbio. Essa é a nossa quarta PPP e será o hospital com maior aporte tecnológico da nossa rede, ao lado do Hospital Roberto Santos”, ressalta o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas.

O Edital de Concorrência nº 08/2021 trata da implantação, gestão, operação e ampliação do Hospital Metropolitano, com prazo de concessão de 20 anos. De acordo com o cronograma de licitação, a sessão pública do leilão na Bolsa de Valores (B3) ocorrerá em 20 de maio.

A unidade será implantada inicialmente com 260 leitos, que serão ampliados para 330 pelo parceiro privado, sendo 75 de terapia intensiva (UTI). Terá ainda dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas referenciada e serviços diagnósticos — laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear.

Entre obras e equipamentos, mais de R\$ 173 milhões foram investidos no Hospital Metropolitano. Um dos destaques do projeto é a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

Para ter acesso ao Edital de Concorrência, estudos técnicos e outros documentos, [clique aqui](#).

Veículo: Metro1	
Data: 14/04/21	



Bahia

Governo da Bahia publica edital para concessão administrativa do Hospital Metropolitano

Com a Parceria Público-Privada (PPP), a unidade terá mais 70 leitos, com 330 no total



Foto : Carol Garcia/GOVBA

Por **Adele Robichez** no dia 14 de Abril de 2021 · 08:40

O governador da Bahia Rui Costa (PT) anunciou hoje (13) a abertura do edital para concessão administrativa do novo Hospital Metropolitano. Com a Parceria

Público-Privada (PPP), o gestor afirma que a unidade terá mais 70 leitos, com 330 no total. A informação foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE).

O Hospital Metropolitano já foi aberto de forma emergencial para pacientes com a Covid-19 e está em funcionamento. Apesar disso, ainda precisa de uma empresa para administrá-lo. **“Será nossa quarta PPP, Parceria Público-Privada, na área da saúde”**, afirmou o dirigente estadual.

Com a contratação, o estabelecimento contará com mais 70 leitos, totalizando 330. “O Hospital Metropolitano está sendo implantado com 260 leitos, mas chegará a 330 com a parceria privada”, informou Rui Costa.

“A Bahia é referência nacional em PPP, e vamos adotar mais uma vez este modelo que tem garantido excelência na prestação de serviços de saúde aos baianos e baianas”, concluiu.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 14/04/21	



CONFIRA OS FUNDOS INVESTIMENTO QUE MAIS RENDERAM — E OS QUE TIVERAM PIOR RETORNO — NO 1º TRI



admin 14 Abril, 2021

É verdade que rentabilidade do passado não é garantia de retorno no futuro, mas o espelho retrovisor ajuda a identificar as tendências de investimentos e distinguir os gestores que souberam ganhar dinheiro em tempos de incerteza. Por isso, a consultoria Economatica fez um levantamento, a pedido do CNN Brasil Business, dos fundos multimercados, de ações e de renda fixa que mais (e menos) renderam no primeiro trimestre deste ano. O estudo traz ainda a valorização (e a perda) dos mesmos fundos em 12 meses até março.

É bom lembrar que a carteira de investimentos deve seguir o perfil do investidor. Logo, se for conservador, não faz sentido ter uma grande exposição a fundos de ações, por exemplo, pois os riscos e a volatilidade são maiores do que em fundos de renda fixa. Também é importante frisar a importância de diversificar os ativos. Nesse sentido, vale a pena comparar os resultados abaixo com o retorno de outras categorias de investimento. Para se ter ideia, em 12 meses até março, a rentabilidade real (descontada a inflação) da poupança ficou negativa em 4,16%. Já quem investiu em um fundo de índice que replica o Ibovespa embolsou uma valorização real de 50%.

Multimercados

Na onda do avanço de investimentos ligados à cannabis, o fundo multimercado mais rentável no primeiro trimestre e nos últimos 12 meses foi o Trend Cannabis FI Mult, da XP Allocation Asset Management. O fundo fechou o trimestre com um retorno de 56,78% e de 94,51%, em 12 meses.

Em segundo e em terceiro lugares, aparecem fundos de criptoativos, em linha com as tendências vistas nos últimos meses. O Hashdex Criptoatia Discovery FICFI Mult teve um retorno trimestral de 21,17% e de 60,84%, no período de 12 meses, enquanto o Blp Criptoativos FI Mult saltou 18,24% entre janeiro e março e fechou os últimos 12 meses com alta de 56,74%.

Fundos de renda fixa

Os fundos de renda fixa têm tido dificuldade para dar retornos vultosos, como faziam antigamente, quando a taxa básica de juros do país era de dois dígitos. O que se deu melhor no primeiro trimestre deste ano foi o BB Prev RF Tit Publ VII FI, da BB Dtm, fechando o período de três meses com um retorno de 0,67% e o de 12 meses com alta de 7,11%. Outros que se saíram bem no trimestre foram os fundos Socopa RF Ref DI LP FI, Caixa FIC Indexa Tesouro Selic RF LP, Trend DI Simples FI RF, Caixa FI Safira Corporativo RF LP, Pi Selic RF Simples FI, BB Top Principal RF Ref DI LP FI e o BTG Pac Digital Tes Selic Simples FI RF. Por sua vez, o fundo de renda fixa que teve melhor retorno em 12 meses foi o BB Prev RF Tit Publ VII FI, com avanço de 7,11%.

Fundos de ações

O fundo de ação que teve maior retorno no primeiro trimestre deste ano foi o Hayp FIA, com 21,63%, seguido pelo Trigono Delphos Income FIC FIA, com 20,45%. No período de 12 meses, quem se deu melhor foi o fundo FIA Trigono Verbier, com retorno de 102,33%. De março de 2020 a março de 2021, se deram bem os ativos que souberam aproveitar os bons ventos das empresas de tecnologia, que fecharam o período em alta. A Alphabet, controladora do Google, por exemplo, viu os seus papéis avançarem 80% no ano passado. Enquanto isso o fundador da Amazon, Jeff Bezos, viu sua fortuna aumentar e consolidou o seu posto como o homem mais rico do mundo.

No vermelho

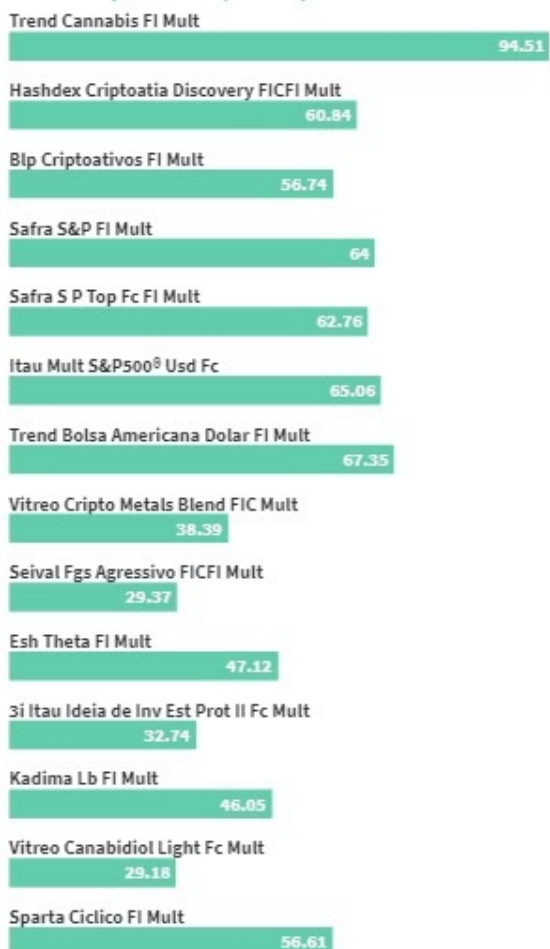
Entre os fundos que mais tiveram pior desempenho nos três primeiros meses do ano estão: o Versa Long Biased FI Mult, entre os fundos de multimercados, com retorno de -37,76%; o BNP Paribas Asset, com retorno negativo de 0,59%, sendo o menos rentável da renda fixa, e o Solis Argus FIC FIA na categoria de fundo de ações, com retorno de -13,24%.

Os 15 melhores fundos multimercados

Retorno (1º trimestre, em %)



Retorno (12 meses, em %)



Os 15 melhores fundos de renda fixa

Retorno (1º trimestre, em %)

BB Prev RF Tit Publ VII FI

0.67

Socopa RF Ref DI LP FI

0.63

Caixa FIC Indexa Tesouro Selic RF LP

0.5

Trend DI Simples FI RF

0.5

Caixa FI Safira Corporativo RF LP

0.5

Pi Selic RF Simples FI

0.5

BB Top Principal RF Ref DI LP FI

0.5

BTG Pac Digital Tes Selic Simples FI RF

0.5

Orama DI- FI RF Simples LP

0.5

Caixa FI Topazio Corp RF Ref DI LP

0.5

Itau Zeragem RF Ref DI FI

0.5

Bram FI RF Ref DI Federal II

0.5

Retorno (12 meses, em %)

BB Prev RF Tit Publ VII FI

7.11

Socopa RF Ref DI LP FI

0.74

Caixa FIC Indexa Tesouro Selic RF LP

1.83

Trend DI Simples FI RF

2.13

Caixa FI Safira Corporativo RF LP

1.94

Pi Selic RF Simples FI

2.05

BB Top Principal RF Ref DI LP FI

2.1

BTG Pac Digital Tes Selic Simples FI RF

1.52

Orama DI- FI RF Simples LP

1.99

Caixa FI Topazio Corp RF Ref DI LP

1.84

Itau Zeragem RF Ref DI FI

2.17

Bram FI RF Ref DI Federal II

1.98

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/04/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 14 de Abril de 2021 - 00:00

Em meio à pandemia, Bahia tem mais aberturas de empresas do que fechamentos em 2021

A Bahia registrou mais aberturas do que fechamentos de empresas em 2021, mesmo diante da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Conforme levantamento da Junta Comercial da Bahia (Juceb), o estado teve 8.774 empresas abertas nos três primeiros meses do ano, enquanto 5.769 foram extintas no mesmo período, representando um saldo positivo de 3.005 pessoas jurídicas.

O setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas foi o mais movimentado nesse sentido, liderando tanto a abertura quanto o fechamento de empresas no período. Foram 3.502 pessoas jurídicas abertas e 2.831 fechadas no estado até o último dia 31 de março.

A presidente da Juceb, Andréa Mendonça, comemorou os números e os creditou às ações de sua gestão à frente do órgão, que é ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do estado.

"Graças às ações que implementamos, conseguimos, nos últimos dois anos, além de economizar recursos públicos, ampliar a arrecadação e promover um ambiente que apostou na desburocratização, simplificação e automação de processos para facilitar surgimento de novas empresas e atrair investimentos. E deu muito certo, ajudando o estado a enfrentar essa crise", disse Andréa.

Na avaliação da Juceb, a digitalização e automação de processos foram fundamentais para os bons resultados durante a pandemia da Covid-19, com criação de novas empresas. Em janeiro de 2019, a Juceb registrou 160 processos desse tipo, número que saltou para 5,2 mil em dezembro do ano passado.

"Adotamos uma política de eliminar o papel e estamos ampliando essa ação para o interior do estado. Também fizemos crescer o número de deferimentos automáticos de constituição de empresas em 2020, ampliando de 44 em janeiro daquele ano para 210 em dezembro", afirmou a presidente.

Entretanto, os resultados positivos não significam que a Covid-19 não influenciou negativamente no processo. Para Andréa Mendonça, os resultados só não foram melhores por conta dos efeitos provocados pela pandemia.

"Deixamos de implantar alguns projetos, como a Juceb Itinerante e restauração de livros históricos, mas, com parcerias, promovemos outros avanços, como a ampliação da Rede Nacional de Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios [Redesim] e a valorização do nosso quadro técnico", analisou.

Veículo: Bahia.BA	
Data: 14.04.2021	Caderno: Economia

Apesar de ser um dos estados que mais vacina, Bahia recebe quantidade de doses inferior ao ideal

Análise é do secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas que voltou a reclamar do impasse para liberar a Sputnik

Rayllanna Lima

Apesar de continuar no topo do ranking de estados com os maiores índices de vacinados contra a Covid-19, a vacinação na Bahia ainda segue em passos lentos devido a falta de celeridade por parte do governo federal.

É o que aponta o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas. “A quantidade de vacinas recebidas ainda é pequena, quando comparada à nossa população”, escreveu nesta quarta-feira (14), em publicação no

O estado baiano atingiu a [liderança](#) na vacinação no dia 1º de abril, com 11,15% de sua população vacinada, na frente de regiões como Mato Grosso do Sul (11,06%), Rio Grande do Sul (10,26%), Amazonas (10,22%), Paraíba (10,10%) e São Paulo (10,10%).

Mas a Bahia caiu para a terceira posição e não conseguiu mais subir. “Não conseguimos avançar de novo para o primeiro lugar em função do envio irregular de vacinas por parte do governo federal. Porque a gente não consegue entregar as vacinas regularmente para a população? Porque o governo federal está perigosamente dependente de apenas duas vacinas (CoronaVac e Oxford/AstraZeneca)”, afirmou Vilas-Boas no programa Papo Saúde, do governo estadual.

O secretário reforçou que a solução para esse problema seria a liberação da vacina Sputnik, desenvolvida na Rússia. Cerca de 37 milhões de doses estão garantidas, mas não foram adquiridas por impasses colocados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

“O correto seria que tivéssemos vários fornecedores de vacinas e que isso tivesse sido adquirido lá atrás, há muito tempo. Como não foi feito, agora estamos expostos a essa situação. Uma solução seria trazer a vacina Sputnik. Ajudaria a regularizar o mercado e avançar a velocidade da vacinação na Bahia e no Nordeste. Mas acabamos emperrando nas exigências desnecessárias da Anvisa, em cima de uma lei que não está sendo respeitada”, reclamou.

Veículo: Bahia.BA	
Data: 14.04.2021	Caderno: Economia

Não há atraso significativo na aplicação da 2ª dose de vacinas na Bahia, diz Vilas-Boas

Secretário aponta inconsistências em dados divulgados na terça-feira (13) pelo governo federal

Alexandre Santos

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, afirmou nesta quarta-feira (14) que não há atraso significativo na aplicação da segunda dose da vacinas contra a Covid19 no estado. Ele afirma que, atualmente, 10.065 pessoas já imunizadas com a primeira dose ainda não receberam o reforço, diferentemente do número (148.877) divulgado pelo Ministério da Saúde na terça (13).

“Os dados publicados pelo MS foram extraídos do sistema ministerial SIPNI que está com inconsistências de preenchimento e com atrasos na alimentação pelos municípios. Realizamos uma análise com os dados agregados do nosso BI e nosso quantitativo total de doses agregadas Bahia: 14/03 – Coronavac D1: 455.845 11/04 – Total de D2: 445.780 Doses em atraso na Bahia: 10.065”, explicou o secretário em uma publicação em suas redes sociais.

Levantamento feito pela pasta federal aponta que, em todo o país, [ao menos 1,5 milhão de pessoas que tomaram a primeira dose da vacina contra o novo coronavírus não completaram o esquema vacinal com a segunda dose.](#)

Agora, a previsão da pasta é elaborar estratégias com estados e municípios para chegar até os possíveis não imunizados e garantir a proteção desse grupo.

Segundo a coordenadora do PNI (Programa Nacional de Imunizações), Francieli Fontana, a orientação é que mesmo aqueles que já passaram do prazo para receber a segunda dose ainda busquem a vacinação, sob risco de comprometer a proteção caso não o façam.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 14/04/2021	



STF define prazo de 10 dias para Governo Federal promover reintegração de 12,7 mil famílias baianas inscritas no Bolsa Família

14 abril 2021

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, atendeu a um pedido do Governo da Bahia, que acionou o Supremo para contestar o cancelamento, pela União, da inscrição de 12.706 beneficiários inscritos no Bolsa Família.

O desligamento, segundo a ação, foi motivado pelo fim do prazo da cláusula de permanência. Essa regra diz que, se a família passa a receber renda maior que o limite do Bolsa Família e informa essa mudança voluntariamente ao governo, pode continuar recebendo o benefício por 24 meses.

De acordo com o processo promovido pelo Governo da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado (PGE-BA), mesmo havendo essa possibilidade de encerramento nas regras do Bolsa Família, o benefício deve ser mantido levando em conta a vulnerabilidade das famílias. A situação foi potencializada, segundo a ação, pelos altos índices de desemprego e pelo agravamento da pobreza na pandemia da Covid-19.

“Verifica-se redução, no estado da Bahia, entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, de 12.706 inscritos do Programa Bolsa Família. No mesmo período houve aumento de contemplados nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Os estados da região Nordeste concentram o maior número de pessoas em situação de pobreza, a sinalizar tratamento discriminatório, vedado pelo artigo 19, inciso III, da Constituição Federal”, afirmou o ministro.

Marco Aurélio ressaltou que o STF já determinou a suspensão de desligamentos do programa no período de calamidade pública. “A expressão ‘estado de calamidade’ diz respeito ao contexto da pandemia de Covid-19, a revelar não observado o pronunciamento judicial. Cumpra-se a medida acauteladora implementada, com a reintegração, no prazo de 10 dias, das famílias excluídas do Programa Bolsa Família”, diz a ação.

O caso

O Estado da Bahia ingressou com ação junto ao STF para garantir que as inscrições no Bolsa Família sejam feitas de forma isonômica e uniforme entre os Estados da Federação, nos termos do art. 19, inciso III da CF, considerados os percentuais do IBGE de pobreza e extrema pobreza. Ademais, considerando o forte impacto da Covid-19 junto às famílias em situação de vulnerabilidade social, requereu que o Governo Federal fosse impedido de realizar novos cortes e exclusões do Bolsa Família enquanto durar a pandemia.

A liminar já havia sido concedida ano passado, mas o Governo Federal realizou diversos cortes de beneficiários esse ano no estado alegando tratar-se de situação irregular. O Estado voltou ao STF e agora saiu nova decisão do Ministro Marco Aurélio, determinando a reintegração das famílias excluídas, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 13/04/2021	



Abertos 20 novos leitos para atendimento a pacientes com Covid-19 na região norte

13 abril 2021



Foto: Divulgação

Com a atenção voltada à ampliação do número de leitos exclusivos para atendimento de pacientes com Covid-19, 10 leitos de terapia intensiva (UTI) e 10 clínicos foram abertos no Hospital São Francisco, do município de Campo Formoso, no norte da Bahia, nesta terça-feira (13). A ativação dos leitos foi feita por meio de contratualização entre a unidade municipal e a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab).

Com estes, já são mais de 3.400 leitos disponibilizados na Bahia, entre clínicos e de terapia intensiva, apenas para tratamento de pacientes com o novo coronavírus. “Continuamos com os esforços em reduzir a taxa de ocupação de leitos para que os pacientes sejam atendidos com o suporte necessário”, comenta o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

Diariamente, o Governo da Bahia vem abrindo novos leitos clínicos e de terapia intensiva a fim de ampliar a assistência à saúde. Entre janeiro e março deste ano, novos leitos foram abertos nos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Seabra, Alagoinhas, Guanambi, Caetité, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Senhor do Bonfim, Jacobina, Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro.

O número de leitos ativos, localização e a ocupação estão detalhados no [Business Intelligence da Sesab](#).

Fonte: Ascom/Sesab

poder

PAINEL

Camila Mattoso

painel@grupofolha.com.br

Curva

A escolha do novo chefe da Polícia Federal de São Paulo fugiu de padrão que vinha sendo respeitado dentro do órgão nos últimos anos. Diferentemente dos cinco antecessores, o delegado Rodrigo Bartolamei não chegou a ocupar cargos relevantes de chefia na PF antes de ser alçado a um dos postos mais importantes da instituição. A superintendência de SP é a maior do Brasil. Bartolamei estava lotado atualmente no GSI (Gabinete de Segurança Institucional), levado pelo ministro Augusto Heleno.

RODA A polícia de SP estava com novo comando desde março. Ou seja, será a segunda troca em menos de um mês.

TRAJETÓRIA Bartolamei foi chefe da Interpol e atuou como coordenador de segurança das Olimpíadas do Rio. Nunca foi superintendente de nenhum outro local nem ocupou cargos nas cúpulas das superintendências ou de coordenação na sede, como seus antecessores.

REFORMA O novo diretor da PF, Paulo Maiurino, também decidiu alterar a chefia da Bahia e de Santa Catarina. Ele mudou ainda o comando do setor de combate à corrupção que investiga políticos.

OLHAR Parlamentares da oposição viram com desconfiança a mudança na PF de SP neste momento em que Jair Bolsonaro insiste na necessidade de investigação de governadores e prefeitos. João Doria (PSDB-SP) é o maior adversário político do presidente.

MAGIA O ministro das Comunicações de Bolsonaro, Fábio Faria, comemorou a inclusão da investigação dos repasses de verbas federais para estados e municípios na CPI da Covid. "O feitiço virou contra o feitiço. Vai ser a CPI do Covidão", disse ao PAINEL.

PUXADINHO Um dos nomes cotados para assumir a vaga que será aberta em julho no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), André Mendonça, vai ganhar um gabinete para despachar do Palácio do Planalto.

PERTINHO A sala 206, no segundo andar, já está sendo adaptada para receber o ministro, que ficará a apenas um andar de distância do presidente Jair Bolsonaro, que ocupa o terceiro piso.

ESCALAÇÃO Com isso, o Planalto voltará a ter seis ministros — os titulares de Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria Geral, GSI, Comunicações e, agora, AGU.

TIROTEIO

“Ele [Bolsonaro] não tem maioria, ele tem apoio de ocasião. Amor, zero. Identificação, zero”

De Cid Gomes (PDT-CE), senador, sobre a base de apoio do governo de Jair Bolsonaro na CPI da Covid

com Fábio Serapião e Guilherme Seto

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ★ ★ ★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Atendimento ao assinante
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Assine a Folha
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Jornal filiado ao IVC

Circulação paga às quartas de fev. 2021, impresso mais digitais (IVC)
Páginas vistas no site da Folha em mar. 2021 (Google Analytics)
Visitantes únicos no site da Folha em mar. 2021 (Google Analytics)

Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária

MG, PR, RJ, SP DF, SC ES, GO, MT, MS, RS AL, BA, PE, SE, TO Outros estados

R\$ 742,90 R\$ 935,90 R\$ 1.180,90 R\$ 1.269,90 R\$ 1.581,90

Venda avulsa

MG, PR, RJ, SP DF, SC ES, GO, MT, MS, RS AL, BA, PE, SE, TO Outros estados

R\$ 5 (reg. a vib.) R\$ 5,50 R\$ 6 R\$ 9,25 R\$ 10 R\$ 11,50

R\$ 7 (domingo) R\$ 8 R\$ 8,50 R\$ 11

Carga tributária 3,65%
248.038.517
43.521.315



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, comanda sessão remota nesta terça Jefferson Rudy/Ag. Senado

Senado cria CPI da Covid para investigar governo Bolsonaro e verba a estados

Plenário do STF vai analisar nesta quarta decisão monocrática do ministro Luís Roberto Barroso para instalar comissão na Casa

Renato Machado e Julia Chaib

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), oficializou nesta terça-feira (13) a criação da CPI da Covid, cinco dias depois da determinação do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso que irritou o presidente Jair Bolsonaro e provocou novo desgaste na relação entre os Poderes.

Em meio à pressão da base governista para tentar minar a comissão, Pacheco decidiu unir dois requerimentos apresentados por senadores, formando uma única comissão que, além de investigar a gestão de Bolsonaro (sem partido), tratará de repasses de verbas federais para estados e municípios.

O requerimento inicialmente analisado, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), previa apenas a investigação das ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19, em particular em relação ao colapso do sistema de saúde de Manaus.

O escopo acabou ampliado após líderes e bancadas governistas assinarem em peso outra proposta, do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que pretendia também envolver estados e municípios, conforme pedido de Bolsonaro.

Este tipo de investigação, entretanto, ficará restrita aos casos que envolvem recursos federais, sem ser direcionada à apuração do trabalho de governadores e prefeitos, como pretendia o presidente da República.

"A comissão terá como objeto o constante do requerimento do senador Randolfe Rodrigues, acrescido do objeto do requerimento do senador Eduardo Girão, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos estados, Distrito Federal e municípios", afirmou Pacheco durante a sessão.

A limitação era considerada necessária, uma vez que o

regimento do Senado afirma que não será admitida a investigação por CPI de matérias pertencentes à Câmara dos Deputados, às atribuições do Poder Judiciário e aos estados.

O presidente do Senado fez questão de ressaltar, na leitura do requerimento, que estava criando a comissão apenas por ordem judicial — referência à decisão do ministro Barroso, do STF, que obrigou Pacheco a criar a CPI por avaliar que os requisitos exigidos haviam sido cumpridos, incluindo a assinatura de mais de um terço da Casa.

O plenário do Supremo ainda vai analisar a questão nesta quarta-feira (14), podendo confirmar ou rejeitar a decisão monocrática de Barroso.

A leitura do requerimento por Pacheco significa que a comissão foi criada, mas não sua instalação imediata. Não há definição, por exemplo, se os trabalhos deverão ser presenciais ou remotos devido justamente à pandemia.

Antes de a comissão iniciar as atividades, ainda havia um prazo (até as 23h59 desta terça, após a conclusão desta edição) para que senadores incluíam ou retiram suas assinaturas do requerimento — caso a quantidade de adesões caísse para menos do que as 27 necessárias, a CPI poderia ser inviabilizada.

Além disso, a instalação de fato acontece apenas com a primeira sessão da comissão. Para isso, é necessário que os blocos partidários indiquem seus representantes para a composição do colegiado. O governo pressiona para que partidos sigam as indicações, atrasando esse processo.

A comissão terá inicialmente 90 dias de atividades para a conclusão das investigações — esse prazo, porém, pode ser prorrogado.

A sessão do Senado desta terça foi marcada por uma grande pressão sobre a presidência da Casa, seja pela instalação ou por seu adiamento.

Líderes e bancadas governistas também buscaram retardar a leitura do requerimento, apresentando dezenas de pedidos para que fossem analisados pela presidência.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Go-

DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS NA CPI DA COVID

Bloco MDB, PP e Republicanos

3 titulares e 2 suplentes

Bloco PSDB, Podemos e PSL

2 titulares e 1 suplente

Bloco DEM, PL e PSC

2 titulares e 1 suplente

PSD

2 titulares e 1 suplente

Bloco PT e PROS

1 titular e 1 suplente

Bloco PDT, Cidadania, Rede e PSB

1 titular e 1 suplente

TOTAL

11 titulares e 7 suplentes

mes (MDB-TO), solicitou logo na abertura da sessão que a CPI apenas pudesse funcionar quando todos os participantes estivessem imunizados contra a Covid-19.

Gomes argumentou que o Senado já perdeu três parlamentares, além de assessores e funcionários terceirizados, em decorrência de infecções pelo novo coronavírus.

O pedido foi rebatido pelo líder da oposição e autor do requerimento da CPI, Randolfe Rodrigues. O senador da Rede afirmou que, considerando a lentidão na vacinação, seria possível que a comissão não fosse instalada no mandato de Jair Bolsonaro.

"Na prática, a questão de ordem apresentada inviabiliza o funcionamento desta comissão parlamentar de inquérito enquanto durar a pandemia e, aí, eu diria, talvez eu afirmo que este governo", afirmou o líder da oposição.

A CPI da Covid terá 11 membros efetivos e 7 suplentes, sendo que só pode ser instalada com a maioria absoluta de parlamentares — ou seja, com 6 parlamentares, no mínimo. Quando isso acontecer, serão escolhidos o presidente e o relator da comissão.

A tendência é que ela seja composta majoritariamente por senadores independentes ou de oposição a Bolsonaro.

Segundo o regimento interno do Senado, não há prazo para que os blocos partidários façam as indicações. Na prática, isso deixaria aberta a possibilidade de que os partidos governistas evitem apontar seus representantes, como um obstáculo para o início dos trabalhos.

Pacheco, no entanto, tem dito a interlocutores que considera o prazo de dez dias razoável. Além disso, a maioria das siglas já definiu os nomes indicados para compor o colegiado.

Caso haja uma obstrução prolongada, partidos podem ingressar com um mandato de segurança no Supremo. Servidores do Senado lembram que essa situação aconteceu em 2005, no governo Lula, durante a CPI dos Bingos, com os partidos governistas evitando fazer indicações.

Continua na pág. A6

mercado

Equipe de Guedes defende enxugar R\$ 18 bi em emendas da PEC fura-teto

Ministério sustenta que proposta é necessária para liberar gastos no combate à pandemia

Fábio Pupo, Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA A ideia de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para retirar despesas do teto de gastos e ao mesmo tempo liberar espaço para emendas parlamentares não reuniu consenso entre governo e aliados.

Apesar da resistência, o Ministério da Economia insiste na necessidade da proposta para liberar medidas ligadas ao combate à pandemia. Para isso, a pasta propôs uma versão mais enxuta do texto, com a retirada de R\$ 18 bilhões em emendas que ficariam fora do teto de gastos.

Um interlocutor da ala política do governo afirmou à Folha que o Executivo não deve apresentar a PEC no formato que circulou nos últimos dias. A mesma pessoa ressaltou que a proposta era apenas uma das possibilidades de medidas para resolver os impasses com os gastos neste ano.

O Ministério da Economia diz que a versão do texto que circulou nesta semana está desatualizada e desconsiderada, mas que continua discutindo uma proposta — em formato mais restrito — para combater certos gastos extraordinários com a pandemia.

Isso valeria para abrigar principalmente medidas como compra de vacinas e programas de emprego e de crédito. A ideia é retirar o trecho que abre caminho para emendas e obras fora do teto, o que teria gerado críticas de analistas.

As mudanças são comentadas após uma reação do mercado à proposta. Diante das incertezas sobre os gastos em 2021, o real teve o pior desempenho global entre as moedas na segunda-feira (12), com o dólar fechando em alta de 0,9%, a R\$ 5,7258.

Apesar da repercussão negativa, técnicos do ministro Paulo Guedes (Economia) ainda afirmam que uma nova PEC é necessária para dar respaldo às medidas de saúde, crédito e emprego ligadas à Covid. Isso porque há um recuo no Ministério da Economia de que atos do Executivo possam ser questionados por órgãos de controle por eventual desacordo com regras fiscais.

A PEC — numa versão mais enxuta — seria uma forma de dar segurança jurídica aos programas.

Entre os receios de integrantes da pasta, está o temor de responsabilização caso algum órgão de controle decida que, como a crise da Covid-19 começou no ano passado, não seria permitida a abertura de crédito extraordinário (instrumento autorizado pela Constituição apenas em casos urgentes e imprevisíveis).

Agrava a insegurança dos membros da Economia o fato de o Orçamento ainda não ter sido sancionado — o que, teoricamente, possibilitaria modificações para abrigar as despesas ligadas à Covid sem necessidade de flexibilizações na legislação.

O Orçamento de 2021 ainda está à espera da sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) por ter uma série de problemas — inclusive a previsão de uma pedrada nos mesmos moldes da que derrubou Dilma Rousseff, conforme mostrou a Folha.

O recuo dos técnicos foi comentado publicamente pelo secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianchi. "Ainda que lancemos mão de crédito extraordinário, existe a preocupação de que não teremos a segurança necessária. Porque você pode-



O ministro da Economia, Paulo Guedes. Adriano Machado - 19. ago. 20/Reuters

Versão em discussão de PEC dispensaria governo de cumprir lei orçamentária para seguintes ações

- Medidas de saúde sob responsabilidade da União (inclusive na aquisição e no desenvolvimento de vacinas e insumos, logística, tecnologia da informação e comunicação, treinamentos e comunicação para a vacinação contra a Covid-19)
- Preservação ou criação de postos de trabalho
- Valor: até R\$ 10 bilhões
- Concessão de crédito, por meio de fundos garantidores, às empresas (em especial às micro e pequenas)
- Valor: até R\$ 7 bilhões
- Outras despesas com objetivo de atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos, agravados durante o período da pandemia de Covid-19
- Valor: até R\$ 18 bilhões

Total: R\$ 35 bilhões

AS DESPESAS SERIAM DISPENSADAS DE QUE REGRAS ORÇAMENTÁRIAS?

Meta de resultado primário Corresponde à diferença entre as receitas e despesas no ano (exceto despesas com juros), prevista em um déficit de até R\$ 247 bilhões em 2021

Teto de gastos Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação, o que em 2021 representa até R\$ 1,4 trilhão

Regra de ouro Impede o governo de se endividar para despesas correntes (como salários e aposentadorias). Norma vem sendo descumprida desde 2019 com permissão do Congresso e, para 2021, proposta de Orçamento enviada pelo governo já previa estouro de R\$ 453 bilhões

ria ter o espaço para fazer dentro do Orçamento. E o crédito, constitucionalmente falando, está fora do Orçamento. E, se não temos o Orçamento, isso cria uma insegurança para tudo isso", disse Bianco há menos de duas semanas.

Com a nova versão da PEC, a Economia ganharia passe livre definitivo para os programas enquanto diz que os valores desta vez não causarão susto no mercado. O entendimento é que parte dos créditos extraordinários já esta-

do financeiro. É o caso de R\$ 10 bilhões para programa de corte de jornada e salário do trabalhador, cujo objetivo é evitar demissões em massa. Assim, se insistir na ideia de uma PEC, Guedes deve atacar o desejo da ala política de colocar obras (emendas parlamentares) fora do teto.

Apesar das discussões, a proposta não reúne consenso na equipe econômica. Enquanto uma ala mais rigorosa com as regras defende uma nova PEC, outra ala não vê motivo para recuos e até considera difícil emplacar a ideia da nova proposta por considerar complicado o trabalho de articulação perante o Congresso.

Toda a discussão sobre uma nova PEC acontece pela resistência de Guedes em acionar o dispositivo da calamidade pública. O instrumento aprovado pelo Congresso em março, por meio da PEC Emergencial, permitiria liberação ampla de gastos para a pandemia. Mas o ministro evita essa saída.

Guedes combinou com o Congresso no começo do ano que a PEC teria a cláusula de calamidade — mas sua ideia era, em contrapartida ao acionamento do dispositivo, seriam vedadas outras despesas (como o reajuste para servidores) por até três anos. O problema é que o Congresso modificou o trecho e restringiu a limitação de gastos somente para o exercício da calamidade. Como os sa-

lários de servidores já estão congelados neste ano, o ministro vê esse tipo de medida como inócua e considera o acionamento do dispositivo um cheque em branco.

"[A]o apertar hoje o botão de calamidade, você seguraria os salários [de servidores], que já estão travados até dezembro. Seria apenas uma licença para gastar, um cheque em branco. Em vez de ser um sinal de estabilidade, seria o contrário", disse o ministro recentemente.

A proposta ventilada nesta semana gerou controvérsia ao suspender as principais regras fiscais (como o teto de gastos) para ao menos R\$ 35 bilhões. A proposta prevê que R\$ 18 bilhões seriam direcionados a "outras despesas para atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos agravados durante o período da pandemia de Covid-19".

O trecho não especifica o que pode receber tais recursos, abrindo espaço para obras de infraestrutura via emendas parlamentares.

Felipe Salto, diretor executivo da IPI (Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que monitora as contas públicas), afirma que a nova PEC seria um equívoco. "É inacreditável o que estamos vendo na gestão fiscal e orçamentária", afirmou. "Não vai dar certo. Abre-se a caixa de pandora da contabilidade criativa. É preciso ter claro: risco altíssimo." Em outras ocasiões, o eco-

nomista já defendeu que não seria necessário aprovar uma PEC para fazer gastos emergenciais. A avaliação é que as regras atuais já permitem liberar esses recursos com urgência, bastando que o governo ajuste a meta fiscal e a regra de ouro por meio de instrumentos legais mais simples do que uma emenda constitucional.

Por outro lado, lideranças partidárias próximas a Bolsonaro já defendem nos bastidores que o governo avalie a decretação de calamidade para enfrentar a pandemia, que segue em aceleração.

Proposta é alvo de crítica de especialistas

SÃO PAULO A possibilidade de o governo enviar ao Congresso uma proposta que altere a Constituição para liberar ao menos R\$ 35 bilhões em despesas fora do teto de gastos é criticada por economistas e especialistas em finanças públicas.

Eles também dizem que não há necessidade de mudanças na legislação para viabilizar gastos vinculados à pandemia, seja na área de saúde, seja em programas de crédito ou manutenção de empregos.

Diante da repercussão negativa da proposta, o Ministério da Economia já avalia abandonar a ideia, que abriria espaço para R\$ 18 bilhões

em emendas parlamentares fora do teto, na tentativa de resolver o imbróglio no Orçamento deste ano.

O governo, no entanto, ainda insiste na necessidade de mudar a Constituição para flexibilizar as regras para gastos com programas de proteção a empresas e trabalhadores.

A versão da PEC que circula em Brasília prevê deixar fora do teto R\$ 10 bilhões para a reedição do programa de redução de salário e jornada (o chamado BEm), R\$ 7 bilhões para o Pronampe (programa de crédito para micro e pequenas empresas) e R\$ 18 bilhões para quaisquer "despesas que tenham por objetivo atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos, agravados durante o período da pandemia", valor que iria para emendas parlamentares.

A proposta também permite ao governo realocar recursos de emendas já previstas no Orçamento de 2021 para gastos obrigatórios, como Previdência e seguro-desemprego, sem necessidade de aprovação do Congresso, como determina a legislação atual.

O economista Marcos Mendes, colunista da Folha e um dos autores do teto de gastos constitucionais, afirma que a legislação já permite ao governo realocar os programas de preservação de emprego e concessão de crédito a empresas, que estão ligados à questão da pandemia, sem necessidade de mudar a Constituição.

"Estão com pudores de usar essa válvula de escape do teto, dizendo que a pandemia já era conhecida, mas ela mudou de escala e seria mais do que justificável fazer créditos extraordinários [para os dois programas]. O governo já fez crédito extraordinário para o Ministério da Saúde neste ano com base nisso. Não precisa de uma nova regra", afirmou.

Ele discorda do argumento de que a nova PEC seria uma alternativa à decretação de estado de calamidade pública para permitir gastos fora do teto, o que seria um cheque em branco ao Legislativo.

Eles também dizem que o valor das emendas fora do teto seja elevado na tramitação da proposta no Congresso, tendo em vista a dificuldade do governo em obter apoio parlamentar, como foi visto nas votações recentes da PEC Emergencial e do Orçamento deste ano. Também poderiam surgir mais exceções ao teto. Eduardo Cuocolo e Isabela Bolzani



COMUNICADO

A Claro S.A., autorizada do STFC na modalidade Local, informa aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) o início da comercialização do Plano Alternativo de Serviço PAS 115 LC, "NETFONE LOCAL FIXO MAIS", da modalidade Local, e respectivas promoções, à zero hora do dia 16/4/2021 na cidade de Tramandaí (RS).

PROMOÇÃO – DESCRIÇÃO	Valores promocionais com tributos para todos os Estados
PROMOÇÃO ILIMITADO BRASIL TOTAL	R\$ 20,00
PROMOÇÃO ILIMITADO MUNDO TOTAL	R\$ 40,00
Tributos incidentes: ICMS (AC, ES, RR, SC e SP: 25%; MG e MT: 27%; BA e DF: 28%; AP, GO, MA, MS, PR e TO: 29%; AL, AM, CE, PA, PI, PB, PE, RN, RS e SE: 30%; RJ: 32%; e RD: 35%); Cofins (3%) e PIS (0,65%).	

Observações:

- 1) Promocionalmente, a franquia de minutos será limitada para perfil de uso residencial nas ligações locais destinadas a terminais fixos.
- 2) Promoção Ilimitado Brasil Total: para assinantes do PAS 115 LC que também sejam assinantes do PAS 224 LD, da modalidade Longa Distância Nacional, a franquia de minutos ilimitados (Item 1) incluirá as ligações de longa distância nacional, com o CSP 21, destinadas a terminais fixos, e, promocionalmente, as ligações locais destinadas a terminais do Serviço Móvel Pessoal, incluídas as ligações de longa distância nacional com o CSP 21, serão gratuitas para perfil de uso residencial.
- 3) Promoção Ilimitado Mundo Total: para assinantes do PAS 115 LC que também sejam assinantes do PAS 232 LD, da modalidade Longa Distância Internacional, a franquia de minutos ilimitados (Item 1) incluirá as ligações de longa distância nacional, com o CSP 21, destinadas a terminais fixos, e, promocionalmente, as ligações locais destinadas a terminais do Serviço Móvel Pessoal, incluídas as ligações de longa distância nacional com o CSP 21, serão gratuitas para perfil de uso residencial e pagará o valor adicional de R\$ 20,00, com tributos, correspondente à franquia mensal do PAS 232 LD, e terá ligação DDI, com o CSP 21, limitadas para 35 países (conheça a listagem de países pelo telefone 10621 ou no site www.claro.com.br).

As demais condições do PAS 115 LC permanecem inalteradas, salvo a Promoção Brasil Claro, que se encontra indisponível para a cidade acima mencionada. Valores promocionais e promoções válidos por tempo indeterminado. Qualquer alteração será precedida de comunicado público.

Mais informações podem ser obtidas na Central de Atendimento Claro, pelo telefone 10621, ou no site www.claro.com.br



150 anos da 'Revolução Marginalista'

Contribuição de Menger fundou a Escola Austríaca e é o pilar da economia contemporânea

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Este ano de 2021 representa o sesquicentário da chamada "revolução marginalista" na ciência econômica, que suplantou a Escola Clássica e deu origem à escola neoclássica e à Escola Austríaca de Economia. A efeméride se refere à articulação independente e quase simultânea —por Carl Menger, William Stanley Jevons e Léon Walras— dos princípios da utilidade marginal decrescente e da teoria subjetiva do valor, pilares centrais da atual mainstream (a ciência econômica mais ensinada nas universidades ao redor do mundo).

Durante milênios, pensadores como Platão, Copérnico e Adam Smith fracassaram em explicar o paradoxo do valor: por que uma garrafa d'água vale menos no mercado do que um quilate de diamante, que é menos importante e útil que a água? Os pensadores estavam aprisionados à convicção de que o valor de um bem deveria guardar relação umbilical com sua utilidade. Menger demonstrou que a satisfação propiciada por uma unidade de um bem é avaliada pelo indivíduo, subjetivamente, segundo a utilidade daquela unidade concreta (a

utilidade "marginal") adquirida. Não está em jogo passar a vida toda sem água ou sem diamante, caso em que a água valeria todo o dinheiro do mundo. Na prática do dia a dia, o indivíduo normalmente já tem acesso a água. Portanto, a utilidade de uma garrafa adicional é pequena, ao passo que a utilidade de um diamante pode lhe parecer alta, em particular se não possuir nenhum. A adoção do subjetivismo e do individualismo metodológicos descritos acima inverteu a seta causal defendida pela Escola Clássica. Na visão do

clássico David Ricardo, a causalidade no valor dos bens se dava no mesmo sentido que a produção. Recursos naturais (ex: minério, carbono) são usados para produzir bens intermediários (ex: aço, alumínio), que, por sua vez, são transformados em um bem final (ex: smartphone) que atende às necessidades do consumidor. Para Ricardo, o valor dos recursos naturais determinava o dos bens intermediários, que, por sua vez, determinava o valor do bem final que o consumidor compra. Derivou daí a teoria ricardiana de que o valor

é atrelado ao custo de produção, que Karl Marx adotou para sua teoria do valor-trabalho. Ambas as teorias foram refutadas pela revolução marginalista. Em 1871, em seu "Grundriss" ("Princípios"), Menger demonstrou que a seta causal era a oposta: a partida do processo é a determinação (inter)subjetiva do valor do bem final pelos consumidores. Por outras palavras, o valor não tem a ver com o custo, com o trabalho envolvido, ou com as propriedades inerentes do bem, mas é determinado por sua utilidade marginal para o consumidor. A partir daí, os preços dos bens intermediários e dos recursos naturais são derivados (ou "imputados"), sucessivamente ao longo da cadeia, de trás para a frente, a partir da avaliação do bem final pelo consumidor. No nascimento, em 1871, a Escola Austríaca e a escola neoclássica pareciam dividir a mesma

forma de ver o mundo. Com o tempo, ficou aparente que o ramo neoclássico considera a economia uma ciência exata e a Escola Austríaca julga o ser humano, imperfeito e temperamental, como ponto primeiro e central de todo o processo econômico. São visões irreconciliáveis, refletidas em diferentes métodos para conduzir a ciência. A maior parte das contribuições da Escola Austríaca foi incorporada ao mainstream. Mas a diferença de visões persiste e não foi totalmente resolvida. Apesar de a Escola Austríaca ser minoritária comparada aos neoclássicos, é a escola econômica mais antiga e a que mais cresce no mundo desde a falência da Curva de Phillips, nos anos 1970, processo acelerado a partir da crise de 2008. Depois de 150 anos da "Revolução Marginalista", Menger vive, e seu método ainda nas ciências sociais pinda procura uma refutação.

| DOM, Samuel Pessoa | SEG, Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER, Michael França, Cecilia Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srouf | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeldan

Alta dos combustíveis pressiona inflação da classe média em março

Em 12 meses, no entanto, famílias de menor renda sofrem mais, em razão do aumento de preços dos alimentos, diz Ipea

Douglas Gavras

SÃO PAULO As famílias mais afetadas pela inflação em março foram as de classe média (que ganham entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83) e de média-alta (de R\$ 8.254,83 a R\$ 16.509,66), de acordo com levantamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A variação de preços para esses grupos passou de 0,98% e 0,97% em fevereiro, respectivamente, para 1,09% e 1,08%. O grupo que mais contribuiu para a alta dos preços no período foi o de transportes, que registrou um aumento significativo, de 11,2%, no valor dos combustíveis. O levantamento do Ipea usa como base o comportamento da inflação pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Nomês passado, o índice subiu 0,93% na variação mensal e 6,10% em 12 meses. Entre os fatores apontados para a alta de preços, estão a desvalorização do real, a alta de preços das commodities (os produtos básicos exportados pelo Brasil) e a falta de produtos pela interrupção de algumas cadeias produtivas.

"Os combustíveis tiveram uma alta expressiva em março, o que afetou o bolso da classe média", avalia a pesquisadora do Ipea Maria Andréia Lameiras. "Para os mais pobres, a alta de preços no grupo de transporte também pressionou, sobretudo por aumentos de transporte público, mas o gasto dessas famílias com combustível é menor".

Além do impacto da alta dos combustíveis, a aceleração da inflação dos mais ricos também sofreu impacto dos preços no grupo das despesas pessoais, com alta de 0,4%, e da menor queda de preços das passagens aéreas no mês (2,2%), quando o mesmo período do ano passado registrou redução de -16,8%.

Em 12 meses, no entanto, são as famílias de menor renda as que convivem com a maior inflação, sobretudo em razão das altas dos alimentos. Nesse período, a inflação dos lares com rendimento de até R\$ 1.650,50 é de 7,24%. Enquanto isso, para os mais ricos (na faixa acima dos R\$

R\$ 16.509,66), esse aumento é de 4,67%. Quando se olha para o dado de 12 meses, que começa em abril do ano passado, é impossível não notar o efeito da alta dos alimentos em domicílio no bolso dos mais pobres", diz Maria Andréia. Ela lembra que, antes do fim da primeira etapa de pagamento do auxílio emergencial, no fim do ano passado, havia uma demanda maior por alimentos. Com um benefício mais modesto este ano, a tendência é de um choque menor.

Em março, o preço da cesta básica em São Paulo teve queda de 0,10%, de acordo com pesquisa do Procon-SP em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O preço médio da cesta passou de R\$ 1.014 no fim de fevereiro para R\$ 1.013 no fim de março.

Vendas no varejo sobem após dois meses de queda

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Após dois meses consecutivos de queda, as vendas do comércio varejista voltaram a crescer em fevereiro. A alta, de 0,6%, porém, não é suficiente para compensar o recuo acumulado de 6,3% na virada do ano como reflexo do fim do auxílio emergencial.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o desempenho em fevereiro foi ajudado pela volta às aulas, que levaram o segmento de livros, jornais, revistas e papelaria a um avanço de 15,4%, o maior crescimento entre as atividades pesquisadas.

Porém, na avaliação do gerente da pesquisa do IBGE, Cristiano Santos, o resultado do mês não sinaliza recuperação do setor, mas um ajuste em relação ao mau desempenho dos dois meses anteriores. "Taxa de 0,6% é muito próximo do que chamamos de estabilidade", disse.

Na comparação com fevereiro de 2020, último mês an-

tes do início da pandemia, as vendas do varejo caíram 3,8%. No acumulado do primeiro bimestre, as vendas do comércio apresentam queda de 2,1%.

"Em fevereiro, temos a volta do orçamento mensal das famílias a uma maior normalidade [após os gastos com pagamentos de impostos como IPVA e IPTU em janeiro] e o retorno dos alunos às escolas, aquecendo as compras de material escolar", disse Santos. "Assim, mesmo com o cancelamento do Carnaval, que implica, por exemplo, menores vendas de bebidas alcoólicas nos supermercados, tivemos uma variação positiva nesse mês", completou.

Quatro das oito atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram alta em fevereiro, na comparação com o mês anterior. As vendas de móveis e eletrodomésticos subiram 0,3%; de tecidos, vestuário e calçados avançaram 7,8%; e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 0,8%.

O comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, teve crescimento de 4,1%, também depois de dois meses de queda.

"Material de construção é uma atividade que tem crescido muito, tanto porque as pessoas, estando mais tempo dentro de casa, acabam vendo necessidade de fazer melhorias em suas residências quanto pelo fato de que grandes obras também vêm sendo retomadas pelas construtoras", disse o gerente do IBGE.

Impulsionado pelas vendas em supermercados e pelo auxílio emergencial, o comércio teve rápida recuperação após os primeiros meses da pandemia. Em setembro, o setor já havia recuperado todas as perdas de março e abril, e, em outubro, as vendas atingiram o maior patamar da série histórica.

Com a redução do auxílio no fim do ano e, depois, sua extinção, no início de 2021, o cenário foi revertido. Em dezembro, o varejo brasileiro teve o pior desempenho da série histórica da pesquisa, com queda de 6,1% nas vendas.

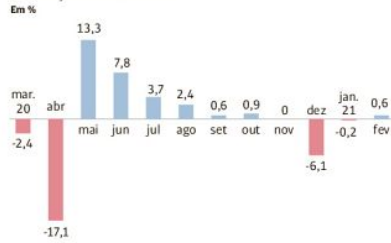
Combustível pesa na inflação para a classe média

Por faixa de renda do domicílio, em março, em %



Vendas no comércio avançam em fevereiro

Variação das vendas no varejo em relação ao mês anterior



Evolução do percentual de empresas que relataram impacto do distanciamento social na receita



Variação por atividade em relação ao mês anterior



Egito exige US\$ 1 bi para liberar navio que bloqueou canal de Suez

BBC NEWS BRASIL Parecia um final feliz.

O sucesso da manobra que acabou destravando o cargueiro Ever Given do canal de Suez, no fim de março, foi festejado por todo o mundo. A história do bloqueio de uma das rotas mais importantes para o comércio internacional havia chegado ao fim.

Mas, na realidade, o problema está longe de ser resolvido. A razão? O Egito decidiu que não vai liberar o navio até que uma multa de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,7 bilhões) seja paga como compensação pelos danos gerados durante a semana de bloqueio. O cargueiro de quase 400 metros está ancorado no chamado Grande Lago Amargo, um lago salgado situado entre o sul e o norte do canal de Suez.

"O navio permanecerá aqui até que uma investigação seja concluída e a indenização seja paga", disse Osama Rabie, presidente da ACS, autoridade do canal de Suez, à televisão estatal egípcia.

"Esperamos um acordo rápido", acrescentou. "No momento em que concordarem com uma compensação, o navio poderá se mover".

Em relação ao valor da indenização, Rabie disse no início de abril que "serão calculados os danos e perdas e quanto as máquinas de dragagem consumiram".

"A estimativa vai chegar a US\$ 1 bilhão ou talvez um pouco mais. É um direito que o Egito tem", disse.

Esse valor seria calculado com base na perda de taxas de uso do canal perdidas depois que diversos outros navios desviaram a rota, dando a volta pela África do Sul. Além disso, há os danos causados à hidrovia durante a dragagem, os esforços de retirada do cargueiro e os custos com equipamentos e materiais.

Shoel Kisen, empresa japonesa dona da Ever Given, disse que não havia recebido nenhuma reclamação oficial ou ação legal pelo bloqueio causado pela embarcação, mas reconheceu que está em "negociações" com a autoridade do canal.

Segundo Rabie, o encalhe do navio teve grande impacto na rota comercial, com custo de US\$ 1,4 milhões a US\$ 15 milhões a cada dia de bloqueio.

STF quer explicação por frase sobre governadores

Corte deu 15 dias para Bolsonaro esclarecer declaração sobre gestores 'esticarem a corda'

O ministro Marco Aurélio Mello estipulou o prazo de 15 dias para que Jair Bolsonaro explique, caso queira, as declarações dadas por ele em 21 de março, dia do seu aniversário, na porta do Palácio da Alvorada. As informações são do colunista Lauro Jardim, do GLOBO.

A apoiadores, o presidente afirmou que governadores estão “esticando a corda” e que a população podia “contar com as Forças Armadas”.

— Contem com as Forças

Armadas pela democracia e pela liberdade (...) Estão esticando a corda, faço qualquer coisa pelo meu povo. Esse qualquer coisa é o que está na nossa Constituição, nossa democracia e nosso direito de ir e vir.

A ação foi proposta pelo deputado Elias Vaz (PSB-GO). O parlamentar alegou que “com frequência, o presidente faz afirmações dando a entender que as Forças Armadas poderiam agir contra a democracia por ordem dele”.

Anvisa tem até 28 de abril para dar parecer sobre Sputnik V

STF determinou que agência se manifeste sobre a importação da vacina. Maranhão e mais 2 mil municípios querem comprar doses

PAULA FERREIRA E
CLEIDE CARVALHO
sociedade@oglobo.com.br
BRASÍLIA E SÃO PAULO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski determinou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decida, até o dia 28 de abril, sobre a importação excepcional e temporária da vacina russa Sputnik V. Caso a agência não se manifeste até lá, o estado do Maranhão, que entrou com uma ação na Corte, estará autorizado a importar e distribuir o

imunizante. O prazo formal dado pelo ministro foi de 30 dias, mas Lewandowski destacou que a contagem deveria valer a partir de 29 de março, de modo que restam apenas 15 dias.

“Ultrapassado o prazo legal, sem a competente manifestação da Anvisa, estará o Estado do Maranhão autorizado a importar e a distribuir o referido imunizante à população local, sob sua exclusiva responsabilidade, e desde que observadas as cautelas e recomendações do fabricante e das autoridades médicas”, afirmou o

ministro na decisão publicada ontem.

O Maranhão solicitou a autorização para importar e distribuir 4,5 milhões de doses da Sputnik V. O ministro indicou o cenário de aumento de casos e mortes para justificar sua decisão. Lewandowski classificou como “insuficientes” as ações desenvolvidas no Plano Nacional de Imunização.

O consórcio Conectar, que reúne prefeitos de cerca de 2 mil municípios brasileiros, também manifestou ao Fundo Soberano Russo a intenção de compra de 30 milhões de doses da Sputnik V. Amanhã, o



Doses cobiçadas. Anvisa ainda não aprovou o uso emergencial no Brasil

prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro (DEM), que preside o consórcio, deverá se reunir com representantes do Ministério da Saúde para discutir a forma de aquisição e distribuição das vacinas, uma vez que a lei que autoriza estados e municípios a adquirirem imunizantes ainda não foi regulamentada pelo ministério.

Enquanto a Anvisa ainda não aprovou o uso emergencial da Sputnik V no Brasil, em outros países a aprovação é agilizada. A Índia autorizou o uso da vacina, segundo um fabricante local de medicamentos. O país também anunciou que agilizará as aprovações para os imunizantes autorizados por governos no exterior, o que pode acelerar a vacinação do país, que luta para controlar o número de casos da Covid-19.

Vereadores aprovam alíquota de 14% para servidor

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES
luz.magalhaes@oglobo.com.br

A Câmara dos Vereadores aprovou, ontem, em votação apertada (23 votos a 22), o projeto de lei do prefeito Eduardo Paes que aumenta de 11% para 14% a alíquota previdenciária de todos os servidores da ativa e os aposentados e pensionistas que ganham acima do teto previdenciário (R\$ 6.433,57). A medida atingirá quase cem mil funcionários do Executivo, da Câmara do Rio e do Tribunal de Contas do Município (TCM), sendo 87.079 da ativa. O projeto vai para a sanção de Paes, e o desconto começa a ser aplicado 90 dias depois.

O aumento da contribuição tem o objetivo de adequar a legislação previdenciária carioca às regras federais que preveem a alíquota de 14% para todos os servidores da ativa e os inativos. A mudança da alíquota foi proposta em um projeto que tenta reduzir o rombo do Fundo de Previdência do Município (Funprevi), que acumula um déficit de cerca de R\$ 1 bilhão por ano. O plano inclui ainda um aumento de 22% para 28% da contribuição da prefeitura para financiar a aposentadoria dos servidores.

O projeto aponta outras fontes para financiar o Funprevi, como a exploração (aluguel ou venda) de seu patrimônio imobiliário. Outra possível origem de recursos indicada na proposta aprovada é uma autorização para que a prefeitura realize operações financeiras para antecipar receitas de royalties.

Empresas captam recorde de R\$ 102 bi no 1º tri

Emissões de ações e de títulos de renda fixa no mercado brasileiro têm melhor desempenho desde 2011, início da série histórica da Anbima. Só ofertas de ações, iniciais ou secundárias, somam R\$ 33,4 bi no período

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Mesmo com a economia brasileira ainda patinando por causa do impacto da pandemia de Covid-19, o mercado de capitais brasileiro registrou recorde no primeiro trimestre em termos de captações de recursos, tanto na Bolsa como na renda fixa, por meio da emissão de títulos pelas empresas.

Nos primeiros três meses deste ano, as captações de renda variável e renda fixa

somaram R\$ 102 bilhões. No ano passado, no mesmo período, esse total foi de R\$ 83,8 bilhões, e em 2019, de R\$ 61,1 bilhões.

—Tivemos uma boa recuperação, e o total captado é o melhor da série histórica, iniciada em 2011—disse José Eduardo Laloni, vice-presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), ao apresentar os dados de 2021.

Desde janeiro, houve 16 operações de oferta iniciais

de ações (IPO, pela sigla em inglês), além de ofertas secundárias de ações (*follow ons*), que captaram R\$ 33,4 bilhões no ano passado e R\$ 5,1 bilhões em 2019.

Laloni ressalta que alguns IPOs movimentaram mais de R\$ 1 bilhão, e outros, R\$ 200 milhões, o que mostra que não são só as grandes que podem captar no mercado.

Os fundos de investimento ainda têm a maior participação nas ofertas de ações, com 49,7% do total, enquanto as

pessoas físicas respondem por 7,1%. O que chama a atenção é que o investidor estrangeiro também voltou a comprar ações de companhias brasileiras, ficando com 34,2% das ofertas.

CENÁRIO POSITIVO NO 2º TRI

A maior parte dos recursos captados com ações (R\$ 20,9 bilhões) foi para o caixa das empresas, segundo a Anbima, o que sinaliza intenção de se capitalizarem e usarem os recursos em novos investimentos.

Na renda fixa, que além de debêntures incluem Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e Imobiliários (CRIs), entre outros papéis, as empresas captaram R\$ 68,6 bilhões, também a melhor marca da série histórica.

No mercado externo, que complementa as captações domésticas, as emissões de *bonds* no período somaram US\$ 7,6 bilhões, perto dos US\$ 8 bilhões de 2020.

A situação fiscal ruim do país não afetou esse movimento, disse Laloni, lem-

brando que estatais como Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil—que sofreram mudanças de comando este ano—são emissoras de papéis de renda fixa e de ações:

—É importante que o mercado continue enxergando essas empresas como praticantes de boa governança, para que elas continuem se financiando com qualidade.

Para o segundo trimestre, a Anbima ainda projeta um saldo positivo de captações. Segundo Laloni, os juros baixos estimulam essas operações.



PRESSÃO

Oposição planeja 'superpedido' de impeachment

Ideia é unificar todos os requerimentos de afastamento de Bolsonaro já apresentados. globo.com/3w55kky

PLANALTO EM DESVANTAGEM

Senado abre CPI da Pandemia com alcance ampliado, mas governistas serão minoria



PULLA LINDNER
 O senador Rodrigo Pacheco não quer se meter

* A comissão terá como objeto o constante do requerimento do senador Randolfe Rodrigues, acrescido do objeto do requerimento do senador Eduardo Girão, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados*

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado

Colocar tudo numa CPI só é para não andar nada. Se coloca tudo no mesmo balaio, parece aquele tática de batedor de carteira que fica gritando pega ladrão para poder fugir

Flávio Dino (PCdoB), governador do Maranhão

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), oficializou ontem a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar ações e possíveis omissões do governo federal na pandemia e aceitou a ampliação do escopo para que sejam investigados também os repasses de verbas da União a estados e municípios. A composição da comissão, porém, mostra que os aliados do Palácio do Planalto serão minoria no colegiado. Dos 11 titulares, ao menos sete são de oposição ou independentes.

A criação da CPI é o cumprimento de uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luis Roberto Barroso, que determinou a Pacheco fazer a leitura do requerimento apresentado em fevereiro pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O governo, então, trabalhou para ampliar o foco por meio de um outro pedido de CPI, protocolado pelo senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que tem como foco estados e municípios. Pacheco decidiu por unificar a investigação, mas ressaltando que só podem ser analisados em relação aos entes federados o que for pertinente a repasses de verba federal.

— A comissão terá como objeto o constante do requerimento do senador Randolfe Rodrigues, acrescido do objeto do requerimento do senador Eduardo Girão, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos estados, Distrito Federal e municípios — destacou Pacheco.

PERFIS DOS INTEGRANTES

A partir de agora, os líderes partidários devem fazer as indicações para a comissão. As informações divulgadas pelas legendas sinalizam que os aliados do Planalto devem ficar em minoria. Dos senadores que devem ser indicados, três têm perfil oposicionista e outros quatro são tidos como independentes.

Entre os cotados, o MDB, que possui a maior bancada da Casa, busca protagonismo ao tentar conquistar a presidência ou relatoria. Os emedebistas devem indicar nomes independentes: o líder da bancada, Eduardo Braga (AM), que é de um dos estados mais afetados pela crise, e Renan Calheiros (AL), crítico ao governo.

O PSD, que possui a segunda maior bancada do Senado, deve indicar o oposicionista Otto Alencar (BA) para uma das vagas titulares, assim como Omar Aziz, que é do



COTADOS PARA A CPI DA PANDEMIA

TITULARES*

- GOVERNISTA
- OPOSICÃO
- INDEPENDENTE



Tasso Jereissati (PSDB-CE) | Eduardo Girão (PODEMOS-CE) | Humberto Costa (PT-PE) | Randolfe Rodrigues (REDE-AP) | Marcos Rogério (DEM-RO) | Vago deve ficar com PL, que possui senadores aliados ao governo

PRÓXIMOS PASSOS

1 Indicação dos membros nos próximos dias, os partidos vão indicar os participantes da CPI. As vagas foram divididas por critérios de proporcionalidade. São 11 titulares e 7 suplentes.

*Nomes informados pelos partidos

Amazonas e fez críticas ao governo federal pela atuação no estado. No PSDB, o escolhido deve ser o senador Tasso Jereissati (CE), outro crítico do governo Bolsonaro.

Da oposição, o autor do requerimento de criação da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), deve ser um dos titulares. No PT, Humberto Costa (PE) será indicado. Entre os aliados do Planalto, o presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), deve assumir vaga de titular e tomar frente na defesa do governo na CPI. Além dele, o líder do DEM, Marcos Rogério (RO), próximo de Pacheco, também é um dos nomes alinhados ao governo que devem participar. O Podemos pretende indicar Eduardo Girão (CE), que apresentou o requerimento com a ampliação de foco desejada pelo Planalto.

O regimento do Senado não prevê um prazo máximo para as indicações, mas existem precedentes para que o presidente da Casa faça as nomeações caso os partidos pretelem. Segundo pessoas próximas a Pacheco, ele deve esperar por um período de até dez dias.

A partir daí, deve ser marcada a reunião para instalação e eleição do presidente da comissão, a quem caberá escolher o relator da investigação. O presidente do Senado pretende deixar nas mãos da CPI decidir como será o funcionamento, se haverá opção por aguardar a retomada presencial dos trabalhos ou se optará por algum tipo de funcionamento semipresencial ou totalmente remoto.

A ampliação do escopo das investigações foi defendida durante a sessão por Girão,

2 Instalação. Após a maioria absoluta dos participantes (6 senadores) ser indicada, a comissão pode ser instalada, com eleição do presidente e indicação do relator. Antes, os nomes dos membros precisam ser lidos em plenário.

que destacou que seu requerimento teve o apoio de 45 dos 81 senadores, com nomes não apenas da base do governo.

— Por ser mais ampla, se mostra mais independente e justa. O objetivo não é de investigar estados e municípios, o que será alvo de investigação é a aplicação de recursos federais desviados a casos específicos — defendeu Girão.

Embora defenda que é preciso observar a "conveniência" da instalação da CPI neste momento, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), defendeu que a proposta apresentada por Girão fosse apensada à original.

— Em tempos de pandemia como a que vivemos não convém a constituição de duas Comissões Parlamentares de Inquérito, mas é fundamental que a comissão a ser instalada, por deci-

são do Supremo Tribunal Federal, possa investigar os atos praticados por agentes políticos e administrativos não apenas da União, mas também dos estados, do Distrito Federal e dos municípios — defendeu.

Antes da leitura do requerimento para a criação da CPI, o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TC), apresentou uma questão de ordem em plenário para que nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito possa funcionar até que os integrantes da Casa estejam iminizados contra a Covid-19.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) criticou parlamentares que querem aguardar a instalação da CPI em momento considerado mais adequado:

— Os senadores que não querem que instale a CPI agora, que querem que o senhor aguarde momento adequado, e aí no momento adequado teremos 500 mil mortes, 600 mil mortes no Brasil, porque o que estou vendo é que estão querendo protelar. Que esses senadores entrem no Supremo pedindo a suspensão. E aqueles que assinaram, que concordam com a CPI, vão participar.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), criticou a ampliação do escopo da CPI:

— Colocar tudo numa CPI só é para não andar nada. O certo é fazer uma CPI sobre o governo federal, que é o vetor principal da crise com as ações e omissões do Bolsonaro. Se coloca tudo no mesmo balaio, no mesmo cesto, parece aquela tática de batedor de carteira que fica gritando pega ladrão para poder fugir. Tem que separar. (Colaborou Sérgio Razo)

Fusão. Pacheco preside sessão remota na qual foi lido requerimento de criação da CPI: ele decidiu unificar dois pedidos de investigação em um só



IMPASSE DO ORÇAMENTO

LONGE DE
UMA SOLUÇÃOProposta de retirar gastos do
teto é rejeitada por Lira, que
não abre mão de emendasGERALDA DOCA
para o Brasil apóia com br
mundo

A ideia de apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que flexibiliza regras fiscais para destravar o impasse do Orçamento corre o risco de ser descartada antes mesmo de se tornar oficial. Em uma reunião no Palácio do Planalto, ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que não aceita o plano, que vinha sendo defendido por integrantes da equipe econômica e por parte da ala política como solução para acomodar as emendas parlamentares — centro da crise que já dura quase três semanas.

A rejeição à PEC foi antecipado pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim. Segundo fontes, Lira indicou que não abre mão de manter o acordo firmado com o Executivo de garantir ao menos R\$ 16,5 bilhões em emendas, indicações de gastos de interesse de deputados e senadores. A garantia desse valor estaria em risco no plano apresentado pelo governo, que envolveria vetar cerca de R\$ 30 bilhões do Orçamento — inclusive o valor acordado. Só depois de aprovada a PEC, que permitiria que obras ficassem fora dos limites fiscais, haveria o remanejamento das despesas apontadas pelos congressistas.

Participaram da reunião, além de Lira, o presidente Jair Bolsonaro; o ministro da Economia, Paulo Guedes; a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda; e o ministro da Controladoria-Geral da República (CGU), Wagner Rosário.

VERSÃO ENXUTA

Apesar de ter fracassado como ferramenta para destravar o Orçamento, integrantes do Ministério da Economia ainda afirmam que a PEC pode ser apresentada em versão mais enxuta, voltada apenas para flexibilizar regras fiscais e abrir espaço para programas

emergenciais, como o benefício para manutenção de emprego nos moldes da medida provisória (MP) 936, que vigorou ano passado. Nesse modelo, não haveria manobra para acomodar recursos de interesse dos políticos.

Antes da sinalização negativa de Lira, o texto já sofria resistências e ampliou o racha no governo em torno das soluções para o Orçamento.

Segundo uma alta fonte próxima ao presidente Jair Bolsonaro, congressistas não viram na ideia a garantia dos recursos para tocar projetos em seus redutos eleitorais.

Além disso, pesou a incerteza sobre a possibilidade de aprovar uma PEC — que exige ampla maioria na Câmara e no Senado —, enquanto se discute o início dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inqué-

rito (CPI) da Pandemia. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), considerou a proposta muito ampla e com pouca chance de ser aprovada.

— Tem que ser uma proposta que tenha apoio dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Quanto mais próxima da sugestão do rela-

tor (senador Márcio Bittar), mais chances terá. A ideia da PEC me parece exagerada.

Critico de Guedes, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) comentou que o plano prejudica o controle das contas públicas:

— Desorganiza tudo o que foi feito até aqui, acaba com o teto de gastos, que é uma política de organização das contas públicas, de manutenção

do controle das despesas, para poder ter tempo de fazer as reformas que podem fazer o país voltar a crescer.

A proposta foi tão mal recebida que líderes aliados do governo chegaram a questionar se a PEC seria fake news. Nos bastidores, Guedes passou a ser chamado de ministro furra-teto. Um interlocutor afirmou que a alternativa causou perplexidade, diante do potencial negativo junto ao mercado financeiro.

O GLOBO teve acesso a uma minuta do texto, que prevê brecha de R\$ 18 bilhões fora dos limites fiscais para despesas com objetivo de “atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos”, o que autorizaria obras públicas sob justificativa de estimular a economia, por exemplo. A inclusão desse trecho não era defendida por Guedes. Em versão preliminar, a equipe econômica planejava apenas remanejar gastos com saúde e, assim, fazer a manobra orçamentária para acomodar as emendas.

À ESPERA DA REPERCUSSÃO

Diante da resistência à medida, a avaliação de parte do governo é que Guedes estaria isolado na disputa. Bolsonaro, no entanto, ainda não sinalizou qual lado deve prevalecer. Alertado, o presidente teria dito a auxiliares, antes do encontro com Lira, que iria aguardar a repercussão da PEC para se manifestar.

O assunto deverá entrar na pauta da reunião ministerial na próxima sexta-feira. A expectativa é que o encontro sirva para “lavar aroupas sujas”, nas palavras de um interlocutor do Planalto.

Bolsonaro tem até o dia 22 para sancionar o Orçamento. Um novo documento da Controladoria de Orçamento da Câmara dos Deputados deve ser divulgado hoje, com a sinalização dos rombos na proposta, mas com o alerta de que cabe ao Executivo decidir se faz ajustes por vetos ou remanejando recursos após a sanção.



Crise. Proposta de retirar gastos das regras fiscais, defendida por Guedes, ampliou racha no governo em torno da solução para o Orçamento

ANALÍTICO

Discussão sobre as contas
de 2022 começa sem
resolver as de 2021

MARCELO CORRÊA | para o Brasil apóia com br mundo

O desentendimento em torno do Orçamento deste ano fará com que o Brasil passe por uma situação inusitada: começar a discus-

são sobre as contas de 2022 sem ter definido os gastos para 2021. Isso ocorrerá porque, pela Constituição, o governo tem até amanhã para

enviar o projeto com as bases orçamentárias para o ano que vem. Enquanto isso, tudo indica que o texto que guiará as despesas nos próximos meses só será destravado perto do prazo limite, que se encerra no dia 22 de abril.

Tecnicamente, o atraso não deve ser um entrave. A equipe econômica trabalha há meses na chamada Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e a expectativa é que o projeto seja encaminhado normalmente no prazo

Mas o cenário é um forte símbolo do tamanho da confusão política, já que, em tempos normais, a proposta é aprovada em dezembro e sancionada pelo presidente da República em janeiro.

A última vez que a aprovação do Orçamento demorou tanto foi em 2015. Naquele ano, o Congresso aprovou o texto no dia 18 de março, e a proposta só foi sancionada em 20 de abril, último dia do prazo constitucional.

Na crise da vez, o governo da

então presidente Dilma Rousseff precisou fechar um acordo para separar recursos para que parlamentares novatos apontassem emendas, no ano em que o Legislativo aprovou uma regra que tornava a execução de indicações de gastos de congressistas obrigatória.

Agora, a discussão ocorre em torno de desencontros nos acordos firmados por diferentes interlocutores do Executivo com o Parlamento, após um processo que já começou atrasado

por causa da disputa pelo comando do Congresso, ainda no ano passado.

Trata-se de um processo tão confuso quanto aterrissar uma nave desgovernada em Marte, segundo analogia feita recentemente pelo ministro Paulo Guedes. Considerando as tentativas fracassadas de acordo nos últimos dias, a estratégia para retomar a rota de pouso ainda está longe de ser definida.

Centrão busca caminhos para furar o teto de gastos

Os mercados, diante da perspectiva de queda do teto de gastos, aumentaram a desvalorização do real

14/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Para além da bizarria e do festival de irresponsabilidades do Congresso e do Executivo no orçamento de 2021, está em curso a tentativa mais séria de romper o teto de gastos, com chances de êxito. A ideia de retirar o Bolsa Família do teto, com o apoio do presidente Jair Bolsonaro, foi o primeiro capítulo do que viria a se tornar uma rocambolesca novela. O corte de R\$ 26,4 bilhões de despesas obrigatórias, para cancelar R\$ 31,5 bilhões de emendas parlamentares, foi o clímax. O Centrão não quer voltar atrás em uma manobra grotesca de manipulação orçamentária em prol de mais dinheiro, cuja destinação tem muito pouco a ver com os gastos da pandemia.

Apresentado em agosto, o orçamento tem um buraco de R\$ 32 bilhões nas despesas obrigatórias e foi assim aprovado pelo Congresso. Detalhe: antes disso já havia a subestimação de despesas de R\$ 17,5 bilhões. Mantê-lo como foi aprovado traz graves problemas sobre os quais ninguém quer se responsabilizar. Executá-lo significa fazer um corte de R\$ 44 bilhões nas despesas discricionárias, pouco menos da metade dos recursos a elas destinados. Parte da máquina de governo teria de parar por falta de recursos. O problema principal é que a redução das despesas obrigatórias fere a legislação e não foram poucas as vozes a advertir que o presidente tem o dever de vetá-la, sob risco de cometer crime de responsabilidade.

Pareceres técnicos do Congresso, asseguram que não é este o caso, mas é arriscado confiar nisso. Não há forma de o presidente sancionar uma peça orçamentária que

está claramente marcada por ilegalidades sem que seja cúmplice disso. Artur Lira, presidente da Câmara, que é contra abater as emendas parlamentares, disse que Bolsonaro não seria acusado pelo Congresso por uma proposta aprovada pelo próprio Congresso. Escaldado pelo impeachment de Dilma Rousseff pelo mesmo motivo, por obra de um presidente da Câmara (Eduardo Cunha) mal-intencionado, Bolsonaro não comprou essa.

A inclinação do governo após a aprovação do orçamento foi a de vetar o todo ou parte das mudanças de Bittar e recompor por meio de projeto de lei as despesas obrigatórias. O Centrão ficou enfurecido com a possibilidade, pois Lira já havia combinado a distribuição dos recursos com os deputados. Se o Congresso não arreda pé e o presidente Jair Bolsonaro não pode desagradar seus únicos aliados políticos, a solução é ferir o teto de gastos, pelo qual o presidente não morre de amores, mantendo formalidades que poderiam camuflar a intenção. A situação é tão esdrúxula que se cogitou um desfecho igualmente ridículo: o presidente e seu vice viajariam ao exterior, Lira, terceiro na linha de sucessão, assumiria por um par de dias e sancionaria o orçamento, eximindo o Executivo de suas responsabilidades.

A última volta do parafuso é a pior de todas. Seria enviada nova PEC que dispensaria do cumprimento do teto as despesas relacionadas à pandemia, incluída a renovação dos programa de redução de jornada e salários. Seria mais um expediente bizantino do Executivo, depois da aprovação de uma PEC Emergencial que criou o estado de calamidade - e que não pode ser usado porque abriria a porteira de gastos em nome da guerra à covid-19. A "ala política" do governo fala em gastos de até R\$ 18 bilhões destinados principalmente ao Ministério do Desenvolvimento Regional, que entrariam de cambulhada para reduzir os impactos econômicos e sociais da devastação viral.

Com isso, entrou pela porta dos fundos do orçamento gastos que não seriam possíveis pelo teto e que atendem os anseios dos parlamentares. Uma tentativa dessas seria muito nociva antes da pandemia e pode ser devastadora após o endividamento brasileiro saltar para 89,7% do PIB. O emparedamento orçamentário do Executivo pelo Congresso produz aberrações como as emendas do relator, transformado em vice-rei, que lhe dá o direito de determinar o destino de R\$ 32

bilhões - quase um terço de tudo do que está desvinculado e o Executivo pode gastar.

Os mercados, diante da perspectiva de queda do teto de gastos, aumentaram a desvalorização do real e jogaram os juros futuros bem mais para cima. O teto, ao que parece, pode ser salvo por uma necessidade prosaica: uma PEC tem tramitação que pode ser demorada e já se foi metade de abril com o governo sem orçamento. Parece que é isso o que vai acontecer. Mas como exemplo do espírito público sobre a disputa do Orçamento: o da Saúde é R\$ 40 bilhões menor que o de 2020.

Conteúdo Publicitário

Como o lixo e a economia circular podem atuar de forma positiva nas empresas?

A importância da conservação da Amazônia para o modelo de negócio das empresas

Natura se torna a maior Empresa B do mundo

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Ainda não há solução para repor kits intubação, diz governo se SP

Ministério da Saúde não tem enviado kits em número necessário aos Estados e municípios

Carlos André e Mauro Neto, vice-presidentes do BB, renunciam

Os novos nomes ainda precisam da aprovação do conselho de administração

Por **Talita Moreira** — De São Paulo

14/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Dois vice-presidentes do Banco do Brasil (BB) renunciaram aos cargos, nas primeiras mudanças no alto escalão da instituição financeira após a posse do novo presidente, Fausto Ribeiro.

Carlos André, vice-presidente de gestão financeira e relações com investidores e funcionário do banco desde 1983, vai aposentar, enquanto Mauro Ribeiro Neto, vice-presidente corporativo, alegou motivos pessoais. Neto estava no BB há dois anos e meio e é procurador da Fazenda licenciado.

Para o lugar deles foram indicados, respectivamente, José Ricardo Forni, atual diretor de suprimentos, infraestrutura e patrimônio, e Ênio Ferreira, hoje diretor de governo, informou o BB. Os nomes ainda precisam da aprovação do conselho de administração.

Carlos André havia se tornado vice-presidente na gestão de André Brandão. Um dos focos do executivo foi o controle de despesas, que subiram 0,1% em 2020. Mauro Neto chegou ao banco no mandato de Rubem Novaes e participou da elaboração de medidas de eficiência, como a devolução de prédios, e dos processos de desinvestimentos no IRB, na Neoenergia, além da parceria com o UBS.



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

Erro capital

Por que sociedade não reconhece erros do II PND e avança?

14/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Um dos temas mais quentes do debate nacional, desde sempre, é entender por que o país fracassou e continua fracassando. O diabo é quando aparece alguém sustentando que não houve fracasso algum, afinal, temos uma das maiores economias do planeta. Aos ufanistas é imperativo lembrar que, nesse quesito, estamos em plena derrocada. O Produto Interno Bruto (PIB) do país a que chamamos de Brasil há dez anos era o 6º do mundo, agora é o 12º. Ademais, o que significa para as dezenas de milhões de pobres e miseráveis deste território viver, do jeito que vivem, numa das 20 maiores economias?

O ex-ministro da Fazenda Pedro Malan pronunciou uma das frases mais geniais da história da Ilha de Vera Cruz: "No Brasil, até o passado é incerto". Malan, que ocupou o cargo de ministro nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), referiu-se na ocasião a decisões que a Justiça tomara, revendo integralmente o teor de leis e de jurisprudências firmadas pelo próprio Poder Judiciário.

Por que sociedade não reconhece erros do II PND e avança?

O axioma de Malan é aplicável, também, a muitos outros aspectos da vida nacional. Um exemplo é justamente o debate, que já deveria ter sido concluído há décadas,

quanto ao porquê do nosso fracasso econômico recente. Antes que o leitor pense que a coluna se refere ao desastre que vivemos desde 2014, quando se iniciou a maior e mais profunda recessão de nossa história, não é isso.

A referência aqui é à "mãe de todas as crises", aquela que ficou conhecida como a crise da dívida externa, cujo marco temporal foi 1982, mas que, na verdade, se instaurou entre nós pelo menos dois anos antes, quando foi deflagrada a segunda crise do petróleo.

De forma bem resumida, um rápido contexto. Por causa da primeira crise do petróleo, em 1973, o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) decidiu "isolar" o Brasil dos flagelos provocados pela alta do petróleo. A economia vivia os estertores do chamado "milagre econômico" (1967-1973), período em que cresceu a taxas superiores a 10% ao ano. Diante do aumento vertiginoso dos preços do petróleo _ o país importava na época 85% do óleo que consumia _, várias nações foram obrigadas a fazer ajustes para se adequar àquela realidade.

Geisel não foi eleito presidente pelo voto popular, mas agiu exatamente como se tivesse sido. Estávamos numa ditadura, que, instaurada desde 1964, passava por seu pior momento do ponto de vista de sua "popularidade". Filhos da classe média _ e esta deu apoio crucial ao golpe militar dez anos antes _ estavam morrendo nos porões da ditadura, que, desde 1968, com a assinatura do Ato Institucional nº 5, ampliaram-se ao incluir as polícias estaduais no aparato de repressão do regime.

Os anos de chumbo (1968-1975), como ficou conhecido o período mais autoritário da ditadura, coincidiram com o auge do "milagre". Este fato dificultou sobremaneira a defesa das liberdades e, portanto, a volta da democracia, interrompida em 1964 com a deposição ilegal do presidente João Goulart. Por outro lado, o regime militar começava a enfrentar naquele momento a sua crise hegemônica. Duas razões concorriam para isso.

A primeira foi o desgaste, junto à classe média, provocado pelo combate violento, principalmente com o uso da tortura, a grupos de guerrilha que decidiram pegar em armas para combater o regime e também a opositores políticos e da sociedade civil. Aquilo coincidiu com os primeiros impactos da crise do petróleo de 1973 na

economia nacional, que, em meio a pressões inflacionárias, começou a desacelerar o ritmo de expansão.

Diante desse quadro, Geisel optou pela solução populista. O cálculo era o de que, se optasse pelo ajuste da economia, o regime perderia ainda mais apoio político e isso seria perigoso.

Numa democracia, governos são obrigados a fazer ajustes em duas situações: por causa do advento de uma crise internacional _ que, não nos iludamos, sempre nos atingirá _ ou decorrente de barbeiragens cometidas pelo próprio governo num dado momento, obrigando-o a corrigir o rumo de suas políticas. Do ponto de vista político, é melhor enfrentar crises externas porque estas, pode-se alegar, não estão sob o controle de nações como a nossa.

No caso de uma ditadura, a história mostra que esse tipo de regime tem seu ciclo e, portanto, sempre termina, e muitas vezes de forma ruínosa e violenta para todos os envolvidos _ ditadores e população. Ditaduras acabam porque os animais não sabem viver sem liberdade, o que, no caso do bicho homem, ser proibido de ir e vir é sinônimo de morte, uma vez que, dotado de inteligência, sabe o que é viver enclausurado.

As ditaduras, mesmo as longevas, e a "nossa" derradeira durou 21 anos, podem chegar ao fim de duas maneiras: por meio de um acordo que assegura uma transição pacífica no retorno à democracia ou de por meio de movimentos revolucionários, onde prevalecem a violência e o revanchismo (talvez, uma expressão mais branda para isso seja "aplicação da Justiça" com o objetivo de apuração de crimes cometidos durante o regime de exceção e aplicação respectiva de penalidades previstas nas leis).

Preocupado em como seria uma transição de regime em meio a uma crise econômica, Geisel lançou, com sua equipe econômica, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O objetivo era isolar o país dos efeitos da primeira crise do petróleo. O programa trancou a economia brasileira a sete chaves para "protegê-la" da concorrência estrangeira, fundou dezenas de empresas estatais, exponenciou o

endividamento externo para financiar um sem-número de projetos de desenvolvimento e expandiu a dívida pública com o mesmo objetivo.

Com o II PND, Geisel traçou a longa transição "pacífica" do regime. Militares e torturadores envolvidos até o pescoço na repressão à ditadura não queriam ser julgados pelo novo regime e, assim, não o foram. É a política, estúpido!

Em 1979, veio a segunda crise do petróleo e, três anos depois, o II PND desmonta-se como um castelo de cartas. Mas, inúmeros aspectos daquele modelo econômico (um deles, o fechamento da economia), seguem mantidos porque, o que é espantoso, parte expressiva da opinião pública ainda não chegou à conclusão do mal que ele faz ao país.

Cristiano Romero é diretor-adjunto de redação e escreve às quartas-feiras
E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Máscaras KN95 são mais eficientes. Entenda o porquê.

SAÚDEJÁ

LINK PATROCINADO

Comece a Ganhar Dinheiro Com Bitcoin Sem Comprar Bitcoin

HAPPY & PROSPEROUS

Ver Mais

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 900.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Notebook Asus Core i5-1035G1 8GB 256GB SSD Tela 15.6" Windows 10 X509JA-BR470T

R\$ 4.299

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá 3 Lugares Living Pé Palito Linho Cotton Bege 180 cm

R\$ 965,69

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

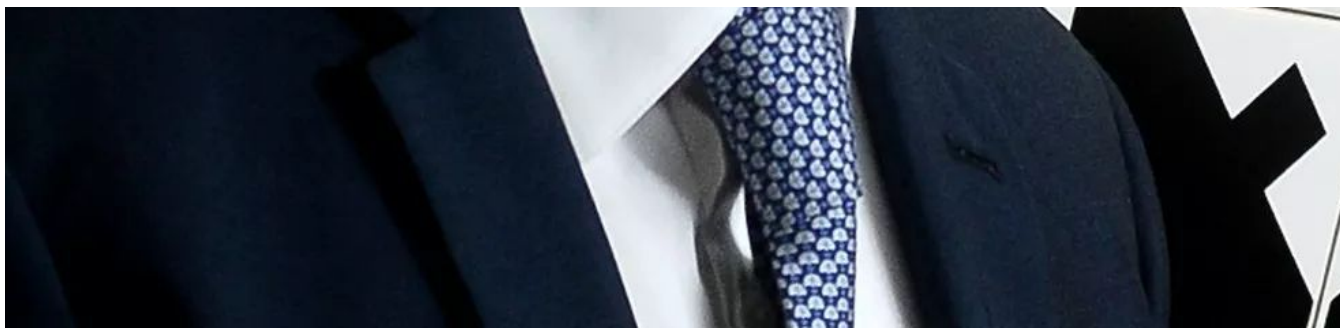
Indústria e comércio pressionam STF para garantir vitória no caso PIS/Cofins

Mais de 60 entidades enviaram cartas abertas aos ministros Luiz Fux e Cármen Lúcia

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

14/04/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas





Advogado Alberto Medeiros: movimento inédito do mercado e da advocacia — Foto: Ruy Baron/Valor

A proximidade do julgamento sobre o alcance da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e a da Cofins - a chamada “tese do século” - fez surgir um movimento histórico nos bastidores do Supremo Tribunal Federal (STF). Nunca um processo tributário juntou tanta gente. Mais de 60 entidades ligadas à indústria, ao comércio e à advocacia enviaram cartas abertas aos ministros Luiz Fux, o presidente da Corte, e Cármen Lúcia, a relatora do caso, nos últimos dias.

Elas se mostram preocupadas com o peso que os ministros podem dar para o discurso da União - com relação às perdas para a arrecadação - e alertam para o baque que uma decisão favorável ao governo provocará no mercado.

“Poucas vezes na história da jurisprudência do STF a segurança jurídica dos contribuintes esteve sob um fogo tão cerrado”, diz uma das cartas à Corte, que está assinada por 21 entidades. A maioria de Minas Gerais e do Paraná.

Os ministros decidiram, em março de 2017, que o ICMS, por não se caracterizar receita ou faturamento, não poderia compor a base de cálculo do PIS e da Cofins, o que reduziu os valores repassados pelas empresas ao governo. Mais do que isso: gerou um crédito gigantesco por causa das cobranças feitas de forma indevida no passado.

A União fala em R\$ 250 bilhões de impacto e tenta, desde então, reduzir a conta. Essa tentativa é o que, agora, está em jogo. Os ministros vão decidir, por meio de novo recurso (embargos de declaração), no dia 29, a chamada modulação de efeitos. Se a medida for aplicada, os valores cobrados no passado não precisarão ser devolvidos.

As Federações das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Minas Gerais (Fiemg) e do Rio de Janeiro (Firjan) falam em “grave preocupação” com o julgamento. Tratam como “sendo absolutamente crucial que a aventada perda arrecadatória [para a União] não sirva como razão para flexibilizar ou postergar os efeitos” da decisão de 2017.

Essas três entidades foram as primeiras a enviar carta à Corte. Elas afirmam, no documento, que a indústria nacional passa pela maior crise econômica dos últimos 25 anos, com forte retração e elevado nível de desemprego, e dizem que “eventual alteração ou modulação da decisão afetará gravemente a segurança jurídica com que os agentes econômicos operam”.

Os presidentes das comissões de direito tributário de todas as seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que também enviaram carta conjunta ao ministro Fux, afirmam que muitas empresas já tiveram as suas ações encerradas no Judiciário e algumas delas inclusive já estão aproveitando os seus créditos por meio de compensações - para quitar tributos correntes.

Outras, de capital aberto, dizem, incorporaram os créditos nos balanços, “impactando em seus valores de mercado e, assim, atingindo a esfera de interesses e direitos de investidores”. Eles afirmam ainda que os contribuintes que tiveram o direito aos créditos reconhecido na Justiça precisaram, inclusive, recolher Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre tais ganhos.

“A modulação, caso aplicada, exige extrema parcimônia pois, em verdade, será um instrumento de redução da eficácia da Constituição, com efeitos nefastos na economia das empresas, do emprego, da capacidade produtiva, de investimentos, e, pior, de confiança no Poder Judiciário, e, por conseguinte, na própria advocacia”, consta na carta.

O grupo de advogados acrescenta que a União tem conhecimento da inconstitucionalidade da cobrança há 15 anos e que, por esse motivo, não pode alegar “qualquer surpresa ou prejuízo financeiro injusto e imprevisível”. Eles dizem que o STF já havia decidido sobre a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins ao julgar um outro processo, no ano de 2014, e que desde 2006 tinha maioria de votos contra a tributação.

Além da modulação de efeitos, a União pede, nos embargos de declaração, para que os ministros se posicionem sobre qual ICMS tem de ser retirado do cálculo das contribuições: se o que incide sobre as vendas, constante na nota fiscal, ou o efetivamente recolhido, geralmente menor e que, conseqüentemente, faria menos diferença na conta.

A Receita Federal publicou solução de consulta, em dezembro de 2018, afirmando que aceitaria a retirada somente do imposto recolhido. No ano seguinte, em 2019, editou a Instrução Normativa nº 1.911, reforçando o posicionamento.

O Fórum Nacional da Indústria, também em carta enviada ao ministro Luiz Fux, diz que não há base jurídica para essa interpretação - nunca tratada no processo e que não consta na decisão. A Receita Federal, segundo a entidade, agiu de forma “arbitrária e ilegítima”.

“Visou reduzir os impactos da restituição ou compensação de valores indevidamente recolhidos pelos contribuintes, ainda que decorrentes de decisão final transitada em julgado em suas ações individuais”, afirma no documento.

Associações de diversos setores assinam esse manifesto em nome do Fórum Nacional da Indústria. São, ao todo, 39 entidades. Entre elas, as representantes de alimentos (Abia), máquinas e equipamentos (Abimaq), processadora de aço (Abimetal), plástico (Abiplast), têxtil (Abit) e farmacêutica (FarmaBrasil e Interfarma), além da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Especialista em tributação, Priscila Fariceli, do escritório Demarest, afirma que, sobre esse ponto específico - do ICMS destacado versus o recolhido - os contribuintes têm levado a melhor. Ela tem um levantamento referente ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS).

Havia, até 2019, 386 acórdãos mencionando essa discussão. Em 346 deles os desembargadores decidiram pelo ICMS destacado na nota fiscal, favorecendo o contribuinte. E nos 40 casos restantes não enfrentaram a questão. “Não localizamos um único acórdão desfavorável”, diz.

O advogado Alberto Medeiros, sócio do escritório Stocche Forbes, preside a Comissão de Direito Tributário da OAB do Distrito Federal e assinou uma das cartas que foram enviadas ao Supremo. “Esse movimento, tanto do mercado quanto da própria advocacia, é inédito”, afirma.

Medeiros atribui a mobilização ao impacto econômico e ao direcionamento jurisprudencial. “Porque se decidir pela modulação de efeitos, a Suprema Corte estará permitindo que se altere um cenário que se consolidou no tempo. Estamos falando de 15 anos.”

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi procurada, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

Conteúdo Publicitário

Atmosfera sobre Oceano Pacífico bateu recorde de CO2 em março

Água potável e saneamento garantem melhorias na educação e na economia

Os países com pior qualidade do ar

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Ibovespa abre em alta e testa nível do 120 mil pontos em dia de vencimento de índice

PEC fura-teto é vista como foco de ameaça e tumulto

Proposta do ministro da Economia “já morreu” segundo um interlocutor do presidente

Por Fabio Graner, Lu Aiko Otta, Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro — De Brasília

14/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



A ideia de uma proposta de emenda constitucional para deixar gastos ligados à pandemia fora do teto de gastos é alvo de forte disputa dentro do governo. Apelidada de “PEC fura-teto” do ministro Paulo Guedes (Economia), a proposta é vista como mais um foco de ameaça e tumulto político, em um ambiente já desgastado por conta do Orçamento e pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia.

De um lado, fontes da área econômica apontam que a minuta que circulou entre congressistas estaria defasada, mas defendem o caminho da PEC como forma de se evitar problemas relativos ao teto de gastos e às demais regras fiscais. Seria uma espécie de calamidade pública, mas por outro caminho, que imporiam maior limitação e controle do que será gasto adicionalmente na Saúde e em programas como o BEm, Pronampe e outros ligados à pandemia a serem acionados.

O ponto mais polêmico da minuta, que é a possibilidade de usar R\$ 18 bilhões para “outras despesas” destinadas a enfrentar os efeitos da pandemia, não consta das versões mais recentes, segundo fontes. Em suas versões mais atuais, a PEC garante algo em torno de R\$ 10 bilhões para o BEm e um valor entre R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões para fundos que dão suporte ao Pronampe. O texto também libera, sem estabelecer valor, os gastos para medidas de saúde para enfrentar a pandemia.

Um interlocutor do presidente Jair Bolsonaro, porém, disse ao **Valor** que a PEC já “morreu”. E que, sem a possibilidade de jogar gastos ligados à pandemia para uma mudança constitucional, a discussão do Orçamento ainda não sancionado estaria retornando para as opções originais que estavam na mesa. Essa fonte diz que a probabilidade maior é que Bolsonaro promova vetos parciais nas emendas parlamentares e envie um projeto (PLN) corrigindo as despesas obrigatórias e as emendas originalmente acordadas.

O flanco político do governo é majoritariamente refratário à PEC. A leitura é que a medida seria apenas um seguro que Guedes está propondo para proteger sua

equipe técnica, que estaria desnecessariamente atemorizada com a situação orçamentária. E que seria um jeito de ele cumprir o acordo feito dividindo a conta do “fura-teto” com o parlamento.

Além disso, a avaliação é que a tramitação de uma PEC dessa natureza não tem como ser rápida, podendo servir de pretexto para acusações de que Jair Bolsonaro estaria usando a situação de miséria social e problemas na saúde para conseguir mais dinheiro e comprar apoio de parlamentares durante a CPI. Outro argumento é que a mudança pode iniciar com um valor, mas nada garante que seu alcance não seja ampliado pelos parlamentares na tramitação, dadas as crises sanitária, social e econômica por que passa o país.

Ontem, foram realizadas novas rodadas de reuniões sobre o Orçamento e a PEC também fez parte das discussões. Até o fechamento dessa edição, contudo, nenhuma conclusão havia sido anunciada e os mercados, especialmente o de juros, sentem cada vez mais a pressão da incerteza fiscal.

Reservadamente, deputados do Centrão afirmam que há “uma ingenuidade política” do ministro por acreditar que a proposta “pode ser uma solução mágica para o impasse”. Eles dizem que o próprio Guedes teria concordado com os termos da peça orçamentária e ainda resistem a eventuais vetos. O ministro, por outro lado, garante que o acordo foi por R\$ 16,5 bilhões em emendas e não o dobro, como colocado pelo relator-geral, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Os parlamentares destacam que o projeto não teria como garantir a chegada de recursos em seus redutos eleitorais, porque ainda precisariam de um texto para determinar as destinações. Vale lembrar que o membro mais importante do centrão hoje é o presidente Arthur Lira (PP-AL), que tem tido atritos frequentes com Guedes.

O ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) atacou a proposta. “Acabei de receber a minuta da PEC fura teto do governo. É um erro. Na minha opinião, deveríamos criar a comissão da PEC do deputado Pedro Paulo, que trata de redução de despesas do governo federal. Este seria o caminho correto para organizar o Orçamento federal. Se há espaço pra discutir uma PEC, esta emenda vai no caminho correto”, disse em rede social.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto também criticou a ideia de uma PEC. “É preciso resolver os problemas do Orçamento sem contratar outros”, afirmou. “Já existem instrumentos para viabilizar gastos emergenciais como o BEm e o Pronampe, sem a necessidade de alterações no texto constitucional, disse Salto.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Boa Safra Sementes define preço da ação entre R\$ 9,90 e R\$ 12,60 para estreia na bolsa

Qual é a importância da água na sua vida?

Embalagens de cortiça reduzem o impacto ambiental no planeta? Te contamos aqui

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Startup Kimera desenvolve tecnologia que otimiza inseminação artificial para reprodução animal

Novo hormônio é totalmente produzido em laboratório

14/04/2021 10:50 — Em Agronegócios

CEOs e empresas nos EUA assinam declaração que defende direito ao voto

Esta é a mais recente resposta empresarial à onda de projetos de lei para limitar o acesso à votação que estão sendo propostos pelos republicanos.

14/04/2021 10:50 — Em Mundo

Projeto para Orçamento de 2022 terá mecanismos “preventivos”

Ideia é evitar edição de decretos para execução e facilitar cumprimento

Por **Fabio Graner e Edna Simão** — De Brasília

14/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) que está em finalização no governo deve prever mecanismos para evitar problemas na execução do Orçamento em 2022. A intenção, segundo apurou o **Valor**, é reduzir a necessidade de decretos para fazer a execução dos gastos públicos caso o Orçamento não seja aprovado antes do início do próximo ano e também facilitar a cobertura da deficiência da “regra de ouro” das contas públicas - dispositivo constitucional que proíbe o governo de se endividar para fazer gastos correntes.

Interlocutores do governo explicam que neste ano, sem o Orçamento aprovado, foram necessários dois decretos para viabilizar o pagamento de algumas despesas. E ainda pode ser necessário um terceiro, diante do impasse sobre a sanção presidencial. Como o texto ainda não é público, há poucos detalhes sobre o que será feito para melhorar a execução.

No caso da “regra de ouro”, que também está sendo um empecilho por exemplo para a adoção de medidas como a antecipação de 13º dos aposentados, a ideia é que o Orçamento já tenha dentro dele o crédito especial, que atualmente precisa ser aprovado depois da tramitação da peça orçamentária. Com isso, se reduziria uma etapa de negociação e discussão com o Congresso para viabilizar a execução de despesas que, em grande medida, são obrigatórias, como a Previdência.

O governo já tem conseguido nos últimos anos eliminar uma etapa dessa discussão permitindo que o projeto de lei orçamentária seja enviado com gastos condicionados à aprovação do crédito, mecanismo que evita o cometimento de crime fiscal no envio da proposta. Agora, pretende-se que seja feita uma “marcação de fonte condicionada no próprio Ploa”, que significa que ela só poderá ser executada após a aprovação do texto, mas sem a necessidade de aprovação de um crédito especial. Ou seja, em vez de duas discussões, o tema seria tratado apenas uma vez, na discussão do Orçamento.

O PLDO está previsto para ser enviado na próxima quinta-feira. O texto deve trazer uma meta de déficit primário para o governo central em torno de R\$ 170 bilhões, segundo uma fonte informou ao **Valor** anteontem. A orientação do ministro da Economia, Paulo Guedes, é sinalizar a continuidade de uma trajetória de melhora no desempenho fiscal do país depois do déficit recorde verificado em 2020 devido à pandemia e diante da necessidade de se reduzir a dívida.

Para 2021, a LDO aprovada em dezembro definiu uma meta de R\$ 247,2 bilhões. Por causa da pandemia, o texto original do governo não previa uma meta fixa - tinha um alvo flexível, que variava conforme a receita), movimento inédito, mas que foi rejeitado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Além de mandar a LDO do ano que vem, o governo também estava em análise a ideia de alterar a LDO de 2021, para aumentar a segurança jurídica dos técnicos na emissão de créditos extraordinários que devem ser editados para permitir gastos novos de enfrentamento da pandemia. Eles temem ser pessoalmente responsabilizados perante órgãos de controle, se executarem despesas com base num Orçamento que não cumpre as regras fiscais. **(Colaborou Lu Aiko Otta)**

Conteúdo Publicitário

Embalagens de produtos mostram a pegada de carbono de seus ingredientes

Indígenas pedem aos EUA para participar de plano para Amazônia

Setores do Executivo contestam necessidade de veto a emendas

Na média do período, a despesa sujeita ao teto ficou R\$ 48,9 bilhões abaixo do permitido

Por **Fabio Graner e Edna Simão** — De Brasília

14/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Em meio às discussões que continuam no governo sobre o Orçamento de 2021, fontes do governo contestam a defesa do veto às emendas adicionadas pelo relator ao texto que vinha sendo apoiado pela equipe econômica, argumentando que nos últimos quatro anos os gastos efetivos do Executivo sempre ficaram abaixo do teto.

De fato, os números do Tesouro mostram que, na média dos últimos quatro anos, a despesa sujeita ao limite constitucional ficou R\$ 48,9 bilhões abaixo do permitido. No ano em que ficou mais próxima, 2019, alcançou R\$ 33,9 bilhões, montante superior a todo orçamento de emendas do relator (R\$ 29 bilhões) para este ano e maior que o rombo de R\$ 31,9 bilhões calculado pela Instituição Fiscal Independente (IFI).

Por isso, há uma ala no governo, que encontra eco no Congresso, defendendo que o melhor seria o presidente Jair Bolsonaro não vetar a peça aprovada no parlamento, fazendo os ajustes necessários ao longo do processo de execução orçamentária. A interpretação é que a sanção, nesse caso, não implicaria em crime de responsabilidade fiscal, ao contrário do que afirma a equipe econômica, pois seria possível ao governo enviar projeto corrigindo as despesas subestimadas e controlar a execução dos gastos não obrigatórios para o teto não ser descumprido.

A causa principal para essas sobras recorrentes é o chamado “empoçamento” de recursos nos ministérios, que raramente conseguem executar todo o volume que está autorizado a eles por uma série de fatores, como processos licitatórios, vinculações e outros.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, lembra que a sobra no teto em 2020 teve seu valor inflado pelo fato de que o governo realizou muitas despesas extraordinárias fora do teto, entre elas o auxílio emergencial, que beneficiou também o público do Bolsa Família. Com isso, os recursos orçamentários para esse grupo ficaram parados em boa parte do ano, ajudando nessa conta.

Salto reconhece que os dados dos últimos anos sempre mostraram uma sobra, mas aponta que isso não é garantia de que vai ocorrer no futuro. “Esse resultado não é um bom previsor para o futuro”, disse. “O teto pode ser rompido se os ajustes não forem feitos. E romper o teto é crime”, comentou, apontando que as despesas discricionárias estão em níveis bastante baixos, complicando a decisão do governo.

A economista-chefe do Credit Suisse Brasil, Solange Srouf, afirmou que, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, a folga do teto de gastos será esgotada neste ano. Ela lembra que o próprio relatório bimestral de receitas e despesas já mostra que seria necessário um corte de R\$ 17,5 bilhões das despesas para que o teto de gasto seja cumprido. “Não vai ter folga neste ano porque o buraco é muito grande”, frisou Solange. “Eu acho que a equipe econômica deveria ter alterado os parâmetros das despesas antes da aprovação do orçamento que já começou com um ‘gap’ de R\$ 17 bilhões”, complementou.

Segundo ela, essa conta considera o descasamento entre o índice de inflação que corrige o teto de gasto do utilizado para atualizar benefícios como aposentadorias e pensões, mas ainda é preciso incluir no teto um gasto de quase R\$ 10 bilhões com a desoneração da folha de pagamento e recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que não poderão ser bloqueados, além do aumento dos gastos das emendas.

Solange frisou que a segunda onda da pandemia de covid-19 traz a necessidade de aumentar gastos públicos. Ou seja, se o governo tivesse conseguido aprovar a PEC

emergencial com gatilhos mais polpudos, a situação seria vista no mercado de forma diferente. Por exemplo, haveria menos barulho para o caso de aumento de gastos com a saúde fora do teto de gasto.

Para 2022, a economista avalia que não haverá problemas para cumprimento do teto de gasto devido o patamar mais alto da inflação. Ela ressalta, no entanto, que o governo vai precisar avaliar como será feito esse aumento de despesa em ano eleitoral pois se utilizar toda a margem terá que admitir um déficit primário maior. “O problema é que o Brasil não fez todas as reformas necessárias para dar sustentabilidade ao teto de gastos”, frisou.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, afirmou que o que mais preocupa, no momento, é o fato de o orçamento ter sido mal feito, citando que isso ocorreu por que os parâmetros não foram recalculados corretamente. Para Vale, o teto de gasto não está sob risco ainda. “O que espantou foi mais esse desenho mal articulado do que poderia causar em si à regra do teto neste momento que, concordo, não está sob risco ainda. No limite, seriam feitos contingenciamentos ao longo do ano para acomodar no teto se fosse necessário”, disse Vale.

Conteúdo Publicitário

Os carros a combustão realmente vão acabar?

VALOR INVESTE

OMS critica desigualdade na distribuição de vacinas contra a covid-19

VALOR INVESTE

Projeto quer proibir empresas de demitirem funcionários durante a pandemia

 COMENTÁRIOS

Só Brasil desacelera entre as grandes economias, diz OCDE

Para organização, país segue em expansão, mas em ritmo mais lento

Por Assis Moreira — De Genebra

14/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os indicadores compostos avançados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para março apontam “abrandamento do crescimento” no Brasil. É a única grande economia que aparece com desaceleração, enquanto em todas as outras a situação varia entre “crescimento constante” ou “aumento da expansão”.

Em contraste com a tendência global, os indicadores para o Brasil declinaram 0,32 ponto em março comparado ao mês anterior, na única nota negativa entre as maiores economias monitoradas pela OCDE. A pontuação brasileira, de 103,6 em janeiro, caiu para 103,5 em fevereiro e agora para 103,1.

O sistema de indicadores compostos avançados é concebido para sinalizar com antecedência os pontos de virada do ciclo econômico - flutuações de produção ou da atividade econômica em relação ao potencial de longo prazo.

Quatro fases cíclicas são definidas. Na “expansão”, o indicador aumenta e fica acima de 100; na “inflexão”, o indicador diminui, mas continua acima de 100; na “desaceleração”, há uma baixa para menos de 100; e na “retomada”, o indicador aumenta, mas ainda fica abaixo de 100. Isso significa que a economia brasileira continua na rota de crescimento, mas que a tendência é de ritmo menor.

No geral, os indicadores da OCDE, projetados para antecipar pontos de virada na atividade econômica em relação à tendência, continuam a se fortalecer na maioria das grandes economias.

Segundo a OCDE, os indicadores continuam a aumentar a um ritmo constante nos EUA, impulsionados pela expansão da confiança do consumidor. No Japão, Canadá e na zona do euro como um todo, particularmente na Alemanha e na Itália, os indicadores também apontam agora para um aumento constante.

Entre as principais economias emergentes, os indicadores para Índia, Rússia e para o setor manufatureiro da China também apontam expansão a ritmo constante, “mas no Brasil apontam para um abrandamento do crescimento”.

A OCDE reitera que os indicadores devem ser interpretados com cuidado, pois as medidas de fechamento provocadas pelo covid-19 e o progresso das campanhas de vacinação provavelmente gerarão flutuações maiores do que o normal nos componentes. Para a OCDE, a magnitude dos indicadores deve assim ser considerada como uma indicação da força do sinal, e não como uma medida do grau de crescimento da atividade.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Sofá 2 Lugares Mariah ...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Notebook Asus Core i7-10510U 8GB 256GB SSD Tela Full HD 14" Windows 10 ZenBook UX434FAC-A6339T

R\$ 8.229

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 900.99

MOBLY

Comprar

TJ-SP exclui contribuições sociais do cálculo do ISS

A decisão aborda mais uma das teses desenvolvidas após o julgamento do Supremo que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

14/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas





Roberta Gemente: o raciocínio do Supremo deve valer para o ISS — Foto: Divulgação

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) concedeu uma liminar inédita para uma empresa do setor de construção civil excluir o PIS e a Cofins do cálculo do Imposto sobre Serviços (ISS). A decisão aborda mais uma das teses desenvolvidas após o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a retirada do ICMS da base do PIS e da Cofins.

A tese do ISS aproveita o conceito de faturamento ou receita bruta desenvolvido pelos ministros do STF, em 2017, no julgamento sobre o imposto estadual (RE 574706). Esse conceito ficou limitado a receitas advindas da realização do objeto social da empresa e que integram definitivamente seu patrimônio, com a exclusão de valores transitórios.

“Esse mesmo raciocínio deve valer para o ISS”, diz a advogada que representa a construtora na ação, Roberta Gemente, sócia da Roncato Advogados. Ela afirma que analisou as legislações do ISS de muitos municípios e em algumas, como as de São Paulo, Jundiaí (SP), Belém e Campo Grande, consta que a base de cálculo do imposto é o valor do serviço, representado pela receita bruta. Assim, acrescenta, deve restringir-se ao valor líquido da prestação de serviço, com a exclusão dos valores de tributos.

Na prática, segundo Roberta, a liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo (processo nº 2028738-32.201.8.26.0000) pode interessar a todas as prestadoras de serviço localizadas em municípios com legislação que extrapola o conceito de receita bruta definido pelo Supremo.

No município de São Paulo, por exemplo, o artigo 17 do Decreto nº 53.151, de 2012, diz que “a base de cálculo do imposto é o preço do serviço, como tal considerada a

receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição”.

O mesmo ocorre em Jundiaí, onde a empresa resolveu entrar com a ação. O artigo 171 da Lei Complementar nº 460, de 2008, afirma que “entende-se por preço do serviço, a receita bruta dele proveniente, sem quaisquer deduções, exceto as previstas nesta lei complementar, ainda que a título de subempreitada de serviço, frete, despesas ou imposto”.

Na decisão que favorece a construtora, a desembargadora Beatriz Braga, da 18ª Câmara de Direito Público do TJ-SP, considerou cabível a concessão da tutela. “Para tanto, vê-se a existência de controvérsia jurídica sobre a matéria debatida nos autos. Assim, o princípio geral de cautela do magistrado autoriza a concessão da medida pretendida”, diz. A magistrada, contudo, acrescenta que “a medida é reversível e pode ser revogada quando do julgamento do recurso”.

Diante do precedente do STF, segundo o advogado Pedro Moreira, do CM Advogados, os contribuintes têm entrado com ações no Judiciário para excluir o PIS e a Cofins da própria base de cálculo e o ISS do cálculo das contribuições, entre outras.

“Os contribuintes possuem forte fundamento jurídico para tais discussões, o que gera competitividade e eficiência aos negócios, podendo, mediante decisão judicial, retirar tais tributos da base de cálculo e, no futuro, ainda restituir o indébito dos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação”, diz.

Sobre a exclusão do PIS e da Cofins do ISS, Moreira destaca que é uma tese recente e esta é a primeira decisão da qual tem notícia neste sentido. “A decisão do TJ-SP indica a plausibilidade da tese, sendo uma boa oportunidade aos contribuintes”, afirma.

Já o advogado Diogo Ferraz, do Freitas Leite Advogados, apesar de também não conhecer outras decisões neste sentido, pondera que a que favorece a construtora ainda parece bastante superficial porque não chegou a entrar no mérito. Contudo, em relação à tese, ele considera a construção interessante, embora seja mais desafiadora do que as outras discussões, principalmente porque, de acordo com a

Lei Complementar nº 116, de 2003, a base de cálculo do ISS não é a receita bruta, mas o preço do serviço prestado.

De acordo com Ferraz, embora o preço do serviço integre a receita bruta, juridicamente são conceitos diferentes e economicamente são grandezas distintas. “Além disso, enquanto o ICMS é destacado na nota fiscal e mais claramente repassado ao consumidor, o PIS e a Cofins, em regra, não são destacados na nota, o que dificulta a visualização desse repasse, embora ele certamente ocorra, pois qualquer contribuinte é forçado a embutir os custos tributários nos valores cobrados dos seus clientes”, diz.

No caso desse processo em concreto, afirma o advogado, a discussão se mostra mais viável porque a lei do município de Jundiaí define o preço do serviço como sendo a receita bruta dele decorrente para delimitar a base de cálculo do ISS. “Isso acaba permitindo uma maior vinculação entre o entendimento firmado pelo STF e esse caso concreto.”

Em nota, a Prefeitura de Jundiaí destaca que a decisão é apenas uma liminar que pode ser revertida a qualquer momento pelo TJ-SP, com base na defesa do município. Portanto, acrescenta, “não cabe pronunciamento antes da decisão final da Justiça”.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Reserva para investir na oferta de ações da Viveo, ex-Mafra, termina amanhã

Acesso à água potável representa um desafio global

Dia da Água: como criar uma rotina de beleza 'do bem' e sem desperdícios



Vendas do varejo reagem em fevereiro, mas fôlego é curto

Para analistas, resultado é alívio temporário e reflexo de período anterior à piora da pandemia

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

14/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Após duas quedas seguidas, o varejo brasileiro reagiu em fevereiro e mostrou desempenho mais forte do que o previsto pelo mercado. No conceito restrito, a alta foi de 0,6% em relação a janeiro, feitos os ajustes, e no ampliado, métrica que inclui veículos e material de construção, o avanço foi de 4,1%. Mas analistas consideraram o resultado um alívio temporário e reflexo de um período anterior à piora da pandemia.

“Vimos essa surpresa positiva de fevereiro, mas em março todos os dados preliminares, como sondagens setoriais e indicadores de cartão de crédito, e as restrições de mobilidade apontam para perda de vigor”, afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A base comparativa é parte da explicação para o movimento de fevereiro e a estimada retração em março. Novembro e dezembro foram ruins para o varejo, o que ajudou a conduzir a recuperação de fevereiro, que, por sua vez, dificulta uma leitura mais forte no terceiro mês do ano.

Numericamente, a venda de veículos (+8,8% ante janeiro) foi um dos destaques do varejo, mas exige cautela por causa da falta de insumos nas cadeias produtivas.

“Além disso, estoques e demanda baixos no momento seguram um pouco não só a produção, mas ainda o resultado de vendas”, diz a economista.

Com avanço de 2,1% de janeiro a fevereiro, o subsetor de material de construção chama mais atenção por sustentar alta interanual (17,9%), diferentemente dos veículos (-3,8%). Com a alta volatilidade trazida pela crise, a economista destaca que é preciso olhar além das comparações mensais. “Material de construção ainda se descola nesse contexto, talvez pela redução da oferta de serviços.”

Para os próximos meses, a expectativa de suavização da pandemia de covid-19 não implica, necessariamente, em recuperação do varejo. “Houve uma mudança na cesta de consumo das famílias por causa da pandemia. A normalização da economia indica que, num primeiro momento, quem vai ganhar mais força são os serviços, justamente os mais prejudicados nesse período [de interrupção parcial das atividades presenciais]”, diz Silvia.

A heterogeneidade de desempenho entre as atividades econômicas mantém a visão do Ibre/FGV de retração de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) ante os três últimos meses de 2020.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Comece a Ganhar Dinheiro Com Bitcoin Sem Comprar Bitcoin

HAPPY & PROSPEROUS

Ver Mais

LINK PATROCINADO

Sofá 2 Lugares Pé Pali...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 900.99

MOBLY

Comprar